



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM ECOTURISMO

SUBSÍDIO AO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ECOLÓGICO
EZEQUIAS HERINGER, GUARÁ - DISTRITO FEDERAL

Êrica de Sousa Matos

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Veríssimo

Brasília, setembro de 2004.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO

SUBSÍDIO AO PLANO DE MANEJO DO PARQUE ECOLÓGICO EZEQUIAS

HERINGER, GUARÁ - DISTRITO FEDERAL

ÉERICA DE SOUSA MATOS

Monografia de Especialização *Lato sensu* submetida ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Especialista em Ecoturismo.

Aprovado por:

Prof. Dr.^a. Mônica Veríssimo
(ORIENTADOR)

Membro da Banca Examinadora

Membro da Banca Examinadora

Brasília, setembro de 2004.

MATOS, ÊRICA DE SOUSA

Subsídio para o Plano de Manejo do Parque Ecológico Ezequias Heringer, Guará – Distrito Federal. UnB - CET, Especialista, Ecoturismo, 2004.

Monografia de Especialização *Lato sensu* – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo

1. Parques Ecológicos

2. Plano de Manejo

3. Parque Urbano

4. Ecoturismo

CET

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta monografia e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta monografia de especialização pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da mesma.

Êrica de Sousa Matos

*A todos aqueles que sonham com um mundo mais
igualitário e ecologicamente respeitado.
Aos amantes da natureza e em especial aqueles
que acreditam na implementação do Parque do
Guará e a deseja de forma íntegra e sincera.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter semeado em meu coração a alegria de viver e a vontade de lutar pelo meio ambiente. Por me dar saúde, família, emprego e sabedoria.

Aos meus pais por seu amor e incentivo, essenciais.

Ao Leandro por estar sempre ao meu lado dando-me apoio nas horas mais difíceis.

A professora Lúcia Helena por sua amizade e sugestão sobre o objeto de pesquisa.

A professora Mônica Veríssimo pelos importantes ensinamentos, reflexões e direcionamentos ao longo do trabalho.

A Denise da COMPARQUES por sua gentileza e presteza no envio de informações.

Aos amigos da turma de especialização: Alcidea, Cláudia, Fernanda, Clodoaldo e Plínio por compartilhar sofrimentos, alegrias e sonhos ao longo do curso.

Aos amigos que auxiliaram na aplicação dos questionários.

Aos entrevistados por sua disponibilidade e paciência em fornecer as informações.

A todos que de uma forma direta ou indireta contribuíram para a elaboração deste trabalho, o meu muito obrigado!

“No princípio, criou Deus os céus e a terra... viu Deus tudo quanto fizera, eis que era muito bom”.

Gênesis 1:1, 31.

RESUMO

O crescimento urbano desordenado tem ocasionado a destruição da natureza e a conseqüente degradação dos ecossistemas, reduzido as oportunidades de interação do homem com o ambiente. Um caminho buscado para se reverter esta situação, é o da destinação de áreas para o estabelecimento de Parques Ecológicos. A criação de espaços protegidos no ambiente urbano proporciona área de lazer para a população e salvaguarda o patrimônio biológico.

Ao se considerar que os parques urbanos são de extrema importância para a manutenção do equilíbrio ecológico na cidade, estabeleceu-se como objetivo deste estudo propor subsídio ao Plano de Manejo do Parque Ecológico Ezequias Heringer, localizado na Região Administrativa do Guará, Distrito Federal. Uma série de entrevistas foram realizadas para se obter informações sócio-ambientais da população do Guará relativas ao Parque Ecológico; dados foram coletados para se realizar uma caracterização físico-biótica do Parque e através de uma análise crítica verificou-se conflitos legais e ambientais do Plano Diretor do Parque, elaborado em 1993 pela equipe de Coordenadoria Especial do Metrô.

Esta pesquisa permitiu identificar que a população do Guará deseja a efetiva implementação do Parque Ecológico, embora ainda não tenha percebido a sua importância como indivíduos e coletividade na co-participação na gestão do Parque, esperando apenas atitudes do Poder Público. Percebeu-se ainda, a responsabilidade do Parque Ecológico e da Reserva Ecológica para a manutenção do equilíbrio na Bacia Hidrográfica na qual estão inseridos, sendo a única região com vegetação ainda presente. Identificou-se a necessidade de mudança no Plano Diretor proposto para o Parque em 1993, pois este aborda a questão ecológica de uma forma não adequada às necessidades de preservação requeridas a um Parque Ecológico e estabelecidas em sua lei de criação.

ABSTRACT

The disordered urban growth have caused the nature destruction and the consequent degradation of the ecosystems, reducing the opportunities of the integration of the man with the environment. A way used to avoid this situation, is the destination of areas to build Ecologic Parks. The use of protected places on the urban area provide places for leisure activities of people and protection of the biologic property.

Considering that the urban parks are extremely important to maintain the ecological balance in the city, the aim of this study is to propose a way to maintain the Management Plan of the Ezequias Heringer's Ecological Park, located at the Administrative Area of Guará, Distrito Federal. A set of interviews were conducted in order to provide socio-environmental information of Guará's population referring to the Ecological Park. This data was collected to provide a biological characterization of the park and legal conflicts were observed through a critical analysis of its directory plan, prepared in 1993 by the Subway's Special Coordination Team.

This research permitted to identify that Guará's population want an effective implementation of its Ecological Park, although its importance has not been detected yet as part in the co-participation on the Park's management, and waiting for actions from the Public Administration. The responsibility of The Ecological Park and The Ecological Reserve to the maintenance of the its Water Basin was also observed as the last area with native vegetation. The need of changing the Management Plan was identified, due to its unsuitable approach on the ecological subject on the needs of preservation required to an Ecological Park and established in its creation rules.

SUMÁRIO

Lista de Figuras.....	XI
Lista de Quadros.....	XIII
Lista de Abreviaturas e Siglas.....	XIV
1.Introdução.....	1
2.Objetivos.....	5
2.1 Objetivos Gerais.....	5
2.2 Objetivos Específicos.....	5
3. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.....	6
3.1 Unidades de Proteção Integral.....	6
3.1.1 <i>Estação Ecológica.....</i>	<i>7</i>
3.1.2 <i>Reserva Biológica.....</i>	<i>7</i>
3.1.3 <i>Parque Nacional.....</i>	<i>7</i>
3.1.4 <i>Monumento Natural.....</i>	<i>7</i>
3.1.5 <i>Refúgio de Vida Silvestre.....</i>	<i>7</i>
3.2 Unidades de Uso Sustentável.....	7
3.2.1 <i>Área Proteção Ambiental.....</i>	<i>8</i>
3.2.2 <i>Área de Relevante Interesse Ecológico.....</i>	<i>8</i>
3.2.3 <i>Floresta Nacional.....</i>	<i>8</i>
3.2.4 <i>Reserva Extrativista.....</i>	<i>8</i>
3.2.5 <i>Reserva de Fauna.....</i>	<i>8</i>
3.2.6 <i>Reserva de Desenvolvimento Sustentável.....</i>	<i>9</i>
3.2.7 <i>Reserva Particular de Patrimônio Natural.....</i>	<i>9</i>
3.3 Plano de Manejo.....	9
3.4 Zoneamento.....	9
3.5 Conservação da Natureza.....	9
3.6 Preservação.....	10
4. Parques Urbanos e o Parque do Guará.....	11
4.1 A origem dos Parques Urbanos.....	11
4.2 Tipos de Parques no Distrito Federal.....	16
4.2.1 <i>Parques Ecológicos.....</i>	<i>17</i>
4.2.2 <i>Parques de Uso Múltiplo.....</i>	<i>17</i>
4.3 Caracterização do Parque do Guará.....	18

<i>4.3.1 Histórico.....</i>	<i>18</i>
4.3.1.1 A Origem da Região Administrativa do Guará.....	18
4.3.1.2 O Parque Ecológico.....	22
4.3.1.3 Os principais problemas do Parque Ecológico.....	25
4.4 Proposta do Plano Diretor Para o Parque do Guará.....	28
5. Subsídio ao Plano de Manejo do Parque do Guará.....	33
5.1 Metodologia Utilizada.....	33
<i>5.1.1 Percepção Sócio-Ambiental.....</i>	<i>33</i>
<i>5.1.1.2 Resultados e Discussão.....</i>	<i>40</i>
<i>5.1.2 Caracterização Físico-Biótica do Parque.....</i>	<i>57</i>
<i>5.1.2.1 Resultados e discussão.....</i>	<i>58</i>
<i>5.1.3 Análise do Plano Diretor.....</i>	<i>67</i>
6. Conclusão.....	69
7. Referências Bibliográficas.....	72
Anexo I – Fotografias do Parque Ecológico do Guará.....	74
Anexo II – Lei que dispõe sobre parques no DF.....	76
Anexo III – Questionário utilizado	82

LISTA DE FIGURAS

1. Mutirão para a construção das casas do Guará
2. Área para a construção do Guará
3. Primeiras casas construídas no Guará I
4. Área para a construção do Guará II
5. O Distrito Federal e suas Regiões Administrativas
6. Entrada do Parque Ecológico Ezequias Heringer
7. Vista geral do Parque Ecológico e sua vegetação
8. Invasão na mata de galeria do Córrego Guará dentro do Parque
9. Invasão no Parque Ecológico
10. Lixo doméstico na mata de galeria do Córrego Guará
11. Criação de animais exógenos no Parque Ecológico
12. Drenagem para captação d'água no interior do Parque do Guará
13. As cinco áreas em que foi subdividido o Guará para a aplicação dos questionários
14. Percentual do tempo de moradia no Guará
15. Percentual do nível de escolaridade
16. Percentual de idade dos entrevistados
17. Percentual da renda familiar mensal em salários mínimos
18. Percentual de classes profissionais segundo a nomenclatura do IBGE
19. Percentual de percepção de lazer
20. Percentual de definição de Parque Ecológico
21. Percentual de visitas ao Parque Ecológico
22. Percentual de percepção dos entrevistados que já conhecem o Parque Ecológico
23. Percentual dos objetivos de um Parque Ecológico
24. Percentual do que deve ser feito para que o Parque Ecológico seja mais atrativo
25. Percentual de atividades que os entrevistados gostariam de desenvolver no Parque
26. Percentual da percepção dos entrevistados sobre o que deve ser feito para que o Parque funcione como verdadeiro Parque Ecológico
27. Percentual da disposição em contribuir voluntariamente com dinheiro para melhorar as condições ambientais do Parque
28. Percentual das atividades de lazer praticadas pelos entrevistados junto à natureza
29. Percentual da definição de Qualidade de Vida segundo os entrevistados
30. Comparação da área do Parque e da Reserva apresentadas nas Poligonais e no PDOT
31. Imagem do Guará com a Reserva e o Parque Ecológico

32. Representação da Bacia Hidrográfica do Córrego Guará e a relação com o Parque e Reserva
33. Regiões administrativas integrantes da bacia hidrográfica do Córrego Guará
34. Uso e ocupação do solo no Parque e da Reserva Ecológica em 1953 e 1999
35. Uso e ocupação do solo no Parque e na Reserva em 1999
36. Representação das mudanças ocorridas na área total (Parque e Reserva) nos anos de 1953 e 1999
37. Representação das mudanças ocorridas na Reserva Ecológica nos anos de 1953 e 1999
38. Representação das mudanças ocorridas no Parque Ecológico nos anos de 1953 e 1999
39. Representação das mudanças ocorridas na Área nº. 27 do Parque Ecológico nos anos de 1953 e 1999
40. Representação das mudanças ocorridas na Área nº. 28 do Parque Ecológico nos anos de 1953 e 1999
41. Base da Guarda Florestal
42. Centro Administrativo do Parque
43. Quadras poliesportivas do Parque Ecológico
44. Entulhos trazidos por moradores para dentro do Parque Ecológico
45. Lagoa de oxidação de esgoto
46. Lixo nas margens do Córrego Guará
47. ONG plantando mudas de plantas do cerrado no Parque

LISTA DE QUADROS

- 1.** Caracterização dos setores, zonas e usos do Parque Ecológico conforme o seu Plano Diretor.
- 2.** Aspectos abordados nos cinco macro-indicadores utilizados no questionário aplicado aos moradores do Guará.
- 3.** Caracterização da Área 01
- 4.** Caracterização da Área 02
- 5.** Caracterização da Área 03
- 6.** Caracterização da Área 04
- 7.** Caracterização da Área 05

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AE	- Área Especial
CAVE	- Centro Administrativo Vivencial e Esportivo
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODEPLAN	- Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central
COMPARQUES	- Comissão de Implantação de Parques do Distrito Federal
DF	- Distrito Federal
EPGU	- Estrada Parque Guará
GDF	- Governo do Distrito Federal
IAPI	- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK	- Juscelino Kubitschek
NOVACAP	- Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PDOT	- Plano Diretor de Ordenamento Territorial
QE	- Quadra Externa
QI	- Quadra Interna
QUELC	- Quadras Econômicas Lúcio Costa
RA	- Região Administrativa
SESC	- Serviço Social do Comércio
SHIS	- Sociedade de Habitações de Interesse Social
SIA	- Setor de Indústria e Abastecimento
SOFS	- Setor de Oficinas Sul
SRIA	- Setor Residencial Indústria e Abastecimento
STRC	- Setor de Transporte Rodoviário de Cargas
APP	- Área de Preservação Permanente
SNUC	- Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UC	- Unidade de Conservação
SEMARH	- Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
COMDEMA	- Comissão de Defesa de Meio Ambiente

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem se tornado cada vez mais urbana. A urbanização acelerada tem colaborado bastante com a destruição da natureza e a degradação do ambiente. De um modo geral, as áreas urbanas carecem de jardins e árvores e, a vegetação nativa remanescente está em contínuo processo de extinção (SILVA, 2002).

As áreas verdes presentes nas cidades tinham um objetivo estético e artístico, principalmente por terem sido concebidas pela classe burguesa do século XVIII. Na segunda metade do século XX, esses espaços foram percebidos como áreas de extrema importância para a manutenção da qualidade de vida no meio urbano, pois oferecem um sentimento de bem-estar, satisfação e felicidade propiciando o contato do homem com a natureza há muito perdido no ambiente citadino (SOUZA, 1984). Além disto, os espaços verdes na cidade seriam importantes para a preservação do restante de vegetação e recursos naturais ainda existentes na malha urbana, garantido assim a proteção de ecossistemas essenciais.

Segundo Rabinovick (2000), se vive no século mais urbanizado da história da humanidade. Isto favoreceu o surgimento de problemas ambientais nos centros urbanos, como a escassez de água, a erosão do solo e a poluição do ar e sonora. Os espaços verdes poderiam minimizar os problemas ambientais, pois seriam espaços que propiciariam a manutenção de nascentes e a preservação de fauna e flora essenciais para o equilíbrio dos ecossistemas locais (SILVA, 2003).

A criação e a implantação dos parques urbanos tem sido uma das principais estratégias para a conservação de áreas verdes nativas ou restauradas nas cidades.

Ao se considerar que os parques urbanos são de extrema importância para a manutenção do equilíbrio ecológico na cidade, estabeleceu-se como objetivo geral deste estudo propor subsídios ao Plano de Manejo do Parque Ecológico Ezequias Heringer, localizado na Região Administrativa do Guará, Distrito Federal.

Buscando operacionalizar este estudo, foram traçados os seguintes objetivos específicos: Elaborar um questionário e aplicá-lo junto à população da Região Administrativa do Guará, abordando aspectos sócio-ambientais e de conhecimento sobre o Parque Ecológico

Ezequias Heringer; Elaborar levantamento dos aspectos físico-bióticos do Parque Ecológico a partir do uso do geoprocessamento; Verificar conflitos legais e ambientais do Plano Diretor do Parque Ecológico Ezequias Heringer.

O Parque Ecológico Ezequias Heringer, criado pela Lei nº. 1.826/98 com uma área de 306,44 hectares, localiza-se na Região Administrativa do Guará e está dividido em duas áreas denominadas nº. 27 e nº. 28, separadas fisicamente pela Estrada Parque Guará. O Parque abrange parte do Córrego Guará e possui um Centro Administrativo, uma base da guarda florestal e duas quadras poliesportivas.

Segundo o artigo 3º da lei de criação do parque, os seus objetivos são: “ garantir a preservação dos ecossistemas remanescentes com recursos bióticos e abióticos, promover a recuperação de áreas degradadas com espécies nativas da região, proporcionar à população condições para a realização de atividades culturais, educativas e de lazer em contato direto com a natureza (contribuindo com a expansão da consciência ecológica), disciplinar a ocupação da área e incentivar a pesquisa para possibilitar o repovoamento da área com a fauna do Cerrado”.

A escolha do Parque Ecológico Ezequias Heringer como estudo de caso se deu devido à importância do Parque para o ecossistema local. A situação geral da área, a não efetiva implementação e utilização do Parque pela comunidade e o Plano Diretor proposto para o Parque incentivaram a escolha do objeto de estudo.

Assim, este estudo está estruturado nos seguintes tópicos:

1) Apanhado teórico sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), apontando as duas classes de unidades existentes e trazendo uma breve caracterização das unidades de cada classe. Fornece ainda o conceito de alguns elementos relacionados ao objeto de pesquisa.

2) Levantamento histórico dos parques urbanos, considerando a sua importância para o ambiente das cidades; caracterização dos tipos de parques do Distrito Federal conforme a Lei Complementar nº. 265/99; caracterização do Parque Ecológico do Guará fazendo um

levantamento histórico da Região Administrativa do Guará e do Parque considerando os seus principais problemas e o Plano Diretor que a ele foi proposto.

3) Proposta de subsídio ao Plano de Manejo do Parque Ecológico do Guará, através da análise da percepção sócio-ambiental da comunidade em relação ao Parque, de sua caracterização físico-biótica e análise de seu Plano Diretor.

Vale ressaltar que neste trabalho está sendo feita a análise de um Plano Diretor, mas que para efeito de esclarecimento, optou-se considerar o termo Plano de Manejo, que é o termo adotado pelo SNUC como instrumento dentro de unidades de conservação, já que conforme a Lei Complementar nº. 265/99, os Parques Ecológicos são considerados unidades de conservação de uso sustentável. Inclusive o termo Plano de Manejo é citado nessa mesma Lei Complementar do Distrito Federal.

Para a realização da análise da percepção da comunidade em relação ao Parque Ecológico, a metodologia adotada foi a elaboração de um questionário sendo que este foi aplicado a 60 moradores do Guará. A cidade foi subdividida em cinco regiões e em cada uma delas foi determinada a quantidade de questionários que seriam aplicados. O questionário apresentava cinco macro-indicadores: identificação do morador, característica da residência, percepção sobre meio ambiente, conhecimento e interesse da comunidade sobre parques ecológicos/Parque Ecológico do Guará e sua participação na gestão do Parque Ecológico do Guará.

Para avaliar a caracterização físico-biótica do Parque e da Reserva Ecológica, foram elaborados mapas a partir dos memoriais descritivos constantes nos Decretos de criação dessas unidades de conservação. Os dados foram trabalhados no programa *Arcview GIS 3.2*, um Sistema de Informações Geográficas. No primeiro mapa foram abordados os aspectos da divergência da área do Parque Ecológico Ezequias Heringer e da Reserva Ecológica do Guará em relação a poligonal constante do Plano Diretor de Ordenamento Territorial e a contida nos Decretos de criação das unidades. No segundo mapa, foi feito levantamento da Bacia Hidrográfica à qual o Parque e a Reserva estão inseridos, analisando a importância destes para a manutenção da bacia. No terceiro mapa foram realizados levantamento das Regiões Administrativas inseridas na bacia e as pressões causadas por elas. No quarto e quinto mapas foi feito levantamento do uso e ocupação do solo na Reserva e no Parque, para os anos de

1953 e 1999, onde se comparou o quanto foi perdido de vegetação e o aumento do uso antrópico nas áreas.

Por fim, foi analisado o Plano Diretor proposto para o Parque em 1993 e alguns aspectos foram questionados no plano, tendo em vista a percepção diferenciada de parque ecológico naquele ano e atualmente.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral:

- Propor subsídio ao Plano de Manejo do Parque Ecológico Ezequias Heringer, localizado na Região Administrativa do Guará.

2.2 Objetivos Específicos:

- Elaborar um questionário e aplicá-lo junto à população da Região Administrativa do Guará, abordando aspectos sócio-ambientais e de conhecimento sobre o Parque Ecológico Ezequias Heringer;
- Elaborar levantamento dos aspectos físico-bióticos do Parque Ecológico a partir do uso do geoprocessamento;
- Verificar conflitos legais e ambientais do Plano Diretor do Parque Ecológico Ezequias Heringer.

3. O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - SNUC - LEI 9.985/2000

O Distrito Federal apresenta em seu território áreas destinadas à manutenção e proteção dos recursos naturais e ecossistemas. Diferentes modalidades de áreas protegidas foram criadas no DF ao longo do tempo, sendo que, atualmente, parte do seu território encontra-se protegido por alguma modalidade de Unidade de Conservação.

Um número significativo de Unidades de Conservação (UCs) vem sendo implantado com o propósito de conservar a diversidade biológica e recuperar os ecossistemas degradados. A criação e a implantação do parque urbano complementa a rede de Unidades de Conservação, visto que esse é o tipo de unidade mais adequado às cidades. (SILVA, 2002).

As Unidades de Conservação são “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limite definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (art. 2º, inciso I da Lei 9.985/00).

Cada tipo de UC é definida por um instrumento legal específico que aponta o tipo de uso indicado para cada modalidade de unidade. As Unidades de Conservação, integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável.

3.1 Unidades de Proteção Integral

De acordo com a Lei do SNUC, proteção integral é a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o seu uso indireto, isto é, sem envolver consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Há exceções previstas nesta Lei.

As Unidades de Proteção Integral tem como objetivo preservar a natureza, sendo admitido o **uso indireto** de seus recursos. O grupo das Unidades de Proteção Integral é composto por cinco categorias de Unidades de Conservação: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

3.1.1 Estação Ecológica

A Estação Ecológica tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas.

3.1.2 Reserva Biológica

A Reserva Biológica tem por finalidade a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e de ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

3.1.3 Parque Nacional, Estadual ou Natural Municipal

O Parque Nacional objetiva a preservação dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

3.1.4 Monumento Natural

O Monumento Natural visa preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

3.1.5 Refúgio de Vida Silvestre

O Refúgio de Vida Silvestre tem como finalidade proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

3.2 Unidades de Uso Sustentável

Segundo a Lei do SNUC, uso sustentável é a exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

O objetivo das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o **uso sustentável** de parcela de seus recursos naturais. O grupo das Unidades de Uso Sustentável é constituído por sete categorias de unidades de conservação: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

3.2.1 Área de Proteção Ambiental

A Área de Proteção Ambiental tem como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

3.2.2 Área de Relevante Interesse Ecológico

A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouco ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional e tem por objetivos manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

3.2.3 Floresta Nacional

A Floresta Nacional tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.

3.2.4 Reserva Extrativista

A Reserva Extrativista tem como objetivo proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

3.2.5 Reserva de Fauna

A Reserva de Fauna é uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequada para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.

3.2.6 Reserva de Desenvolvimento Sustentável

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvido ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

3.2.7 Reserva Particular do Patrimônio Natural

A Reserva Particular do Patrimônio Natural é uma área privada, com o objetivo de conservar a diversidade biológica.

Alguns conceitos adotados na Lei do SNUC são importantes para a compreensão de aspectos inseridos no estudo de caso desta monografia. Estes conceitos são abordados a seguir.

3.3 Plano de Manejo

Segundo a Lei do SNUC, o Plano de Manejo é o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação de estruturas fiscais necessárias à gestão da unidade. Todas as Unidades de Conservação devem dispor de um Plano de Manejo, e o plano deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir da criação da unidade.

3.4 Zoneamento

É a definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

3.5 Conservação da Natureza

É o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu

potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

3.6 Preservação

É o conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção duradoura das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos processos naturais.

4. PARQUES URBANOS E O PARQUE ECOLÓGICO DO GUARÁ

Nesta seção será apresentado um breve histórico dos Parques Urbanos, ressaltando a sua importância para o homem no ambiente citadino. Será visto a evolução dos Parques Urbanos no Brasil e sua atual concepção. Em seguida será abordada a questão dos Parques Urbanos no Distrito Federal e a legislação que orienta e estabelece diretrizes para a sua criação e implantação.

Será realizado também um levantamento histórico da Região Administrativa do Guará e do Parque Ecológico Ezequias Heringer. Por fim, será explanado o que foi proposto no Plano Diretor para o Parque Ecológico em 1993, pela equipe de Coordenadoria Especial do Metrô, em função deste transpassar parte da área do Parque. Salienta-se que o Plano foi concebido visando a compensação ambiental e a promoção da implementação do Parque.

4.1 Origem dos Parques Urbanos

A sociedade atual tem se tornado cada vez mais urbana. Nos últimos três séculos os habitantes das cidades têm procurado manter a satisfação emocional inata de uma relação entre homem e ambiente, estabelecida no curso da evolução humana, por meio da criação de espaços verdes (SILVA, 2003).

Segundo a Lei Municipal nº. 6.819/86 de Curitiba – PR, as áreas verdes “são bosques destinados à preservação das águas existentes, do habitat da flora e fauna locais, da estabilidade de solos, a proteção paisagística e a manutenção da distribuição equilibrada dos maciços vegetais” (SANTOS, 2003).

Os espaços verdes têm o potencial de amenizar tanto problemas sociais quanto os problemas ambientais urbanos, oferecendo aos habitantes das cidades um ambiente agradável, estimulante e acessível. Os parques urbanos contribuiriam para melhorar os aspectos físicos e sociais da cidade, por meio da revitalização de espaços abertos e da criação de um sentimento de tranquilidade. É importante que existam ações no sentido de aproximar o homem e a natureza (CEVER, 1994).

Os espaços verdes englobam em sua definição os Parques Urbanos os quais constituem espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos

naturais, principalmente cobertura vegetal. São destinados, entre outras, à recreação e preservação da natureza (KLIASS, 1993), sendo estabelecidos como áreas protegidas.

As áreas protegidas têm raízes históricas, ocorrendo em variadas formas, em diversas culturas antigas. As primeiras diretrizes sobre conservação da vida silvestre de que se tem registro foram anunciadas na Índia no século IV a.C., quando todas as formas de uso e atividade extrativista foram proibidas nas florestas sagradas (DAVENPORT e RAO, 2002).

A humanidade tem sido desafiada a encontrar os melhores meios de conviver com a natureza, tendo geralmente criado áreas protegidas para enfrentar a questão. Os gregos foram os primeiros a democratizar seus espaços: suas cidades maiores, incluindo Atenas, ofereciam aos cidadãos uma praça para reuniões públicas, relaxamento e esparecimento. Assim, tiveram início os equivalentes antigos dos Parques Urbanos.

No período das cidades antigas, alguns sítios arqueológicos mostravam que, mesmo antes de Cristo, já existiam indícios de áreas protegidas por alguns reis ou chefes indígenas, que as utilizavam para conservar as fontes de água, plantas medicinais, matéria-prima para uso futuro e cemitérios (LYNCH, 1972).

Muito desses espaços verdes estavam enclausurados nos pátios dos grandes castelos ou feudos e formavam os jardins das residências dos nobres e da Igreja. As áreas verdes serviam como áreas destinadas à caça ou à contemplação, por parte da nobreza, de fauna e flora muitas exóticas ou em extinção. As áreas verdes não eram espaços à vida social urbana, na época, mas apenas a um grupo restrito – os nobres (THOMAS, 1988).

Embora a urbanização por todo o Império Romano levasse a experiências semelhantes, a Europa Medieval e a Ásia Menor, mantinham espaços abertos para uso exclusivo da classe dominante. Originalmente a palavra “*parc*”, em francês e inglês arcaicos, designava “uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça, protegidos por ordem ou por concessão do rei”. Os invasores eram punidos, especialmente os caçadores ilegais, que eram freqüentemente condenados à morte (opcit, 2002).

O fortalecimento da classe burguesa nos séculos XVII e XVIII fez surgir um movimento que visava o embelezamento das cidades renascentistas. Esse grupo social possuía

tempo e recursos financeiros para o melhoramento das cidades. Foram os precursores das primeiras idéias de áreas verdes dentro dos espaços urbanos, surgindo dessas idéias o movimento de volta à natureza¹ que fundamenta as idéias de espaços verdes urbanos. No século XVIII e XIX inúmeras cidades no mundo, tanto em países desenvolvidos quanto em desenvolvimento, utilizam concepção de áreas verdes no espaço urbano (CASTELLS, opcit).

A fonte de inspiração dos Parques Urbanos foi o modelo paisagístico dos jardins ingleses do século XVIII, que tiveram origem nas idéias românticas de volta à natureza associadas à influência da cultura e artes orientais (KLIASS, 1993).

No final do século XVIII, na Inglaterra, o Parque surge como um fato urbano de relevância. Entre as décadas de 1850 e 1860, a entrada de Parques na estrutura urbana ganha corpo na Europa, com maior ênfase na França. Nas Américas ressalta-se a estabelecimento do Movimento de Parques Americanos, liderado por Frederick Law Olmsted. Ele defendia a utilização econômica dos espaços livres, criando oportunidades de recreação e também de preservação os recursos naturais, favorecendo o controle de enchentes, protegendo os mananciais e criando espaços agradáveis para passear.

Além de inspirar a criação de inúmeros parques e da Cidade-jardim de Howard, Olmsted mudou o conceito de qualidade ambiental urbana. Com o crescimento do movimento ecológico, reivindicações concretas se fizeram sentir quanto à qualidade do ambiente urbano (SCALISE, 2002).

O parque urbano responde às demandas de atividades de recreação e lazer, decorrentes da expansão urbana e do novo ritmo de tempo ao encontrado no meio rural. Além disso, o parque visa atender à necessidade de criação de espaços amenizadores das estruturas urbanas (KLIASS, 1993).

Os espaços verdes inseridos no meio urbano tinham o objetivo estético e artístico, haja visto terem sido idealizados pela classe burguesa no século XVIII. Essa classe possuía os meios artísticos e sociais necessários para investir no embelezamento das cidades.

¹ O movimento de volta à natureza, que surge na sociedade capitalista e industrial, foi responsável pela disseminação de vários parques urbanos no mundo.

O parque urbano brasileiro, não surge da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX. Pelo contrário, o mesmo é criado como uma figura complementar ao cenário das elites, que controlavam a nova nação em formação. O século XIX é o momento da estruturação do Brasil como nação, principalmente a partir da vinda da família real portuguesa em 1808. O Rio de Janeiro é então a cidade que passa pelas rápidas e urgentes transformações urbanas.

A partir da proclamação da Independência, em 1822, o Rio de Janeiro torna-se a capital de uma nova nação, carreando para si investimentos de porte vindos de todo o país. Neste contexto são criados no Rio de Janeiro os três primeiros Parques Públicos do Brasil: o Campo de Santana, o Passeio Público e o Jardim Botânico.

A multiplicação dos Parques Públicos pelas cidades brasileiras começou somente a partir do final dos anos 60, quando teve início o processo de investimento público sistemático na criação de Parques, não mais voltados exclusivamente para as elites. Muitos políticos municipais estruturam parte de seu *marketing* na criação de áreas verdes públicas – parques ou praças (MACEDO & SAKATA, 2003).

A evolução dos Parques Urbanos tem acompanhado as mudanças urbanísticas da cidade, sendo um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas. As mudanças desses espaços urbanos, principalmente das áreas centrais das cidades, com a busca crescente de espaços de recreação e lazer e com a introdução dos aspectos ambiental e paisagístico no planejamento, deram aos parques um papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos (KLIASS, 2003).

O parque no Brasil do século XIX é um elemento urbano repetidor de comportamentos importados, totalmente alheios às necessidades sociais da massa urbana brasileira, que usufruía outros espaços. As cidades brasileiras durante o século XIX e mesmo no século XX expandiram-se de um modo descontínuo sempre dotadas de vazios urbanos, sendo o parque considerado equipamento desnecessário para o lazer imediato e diário da população. Esses vazios urbanos foram por mais de cem anos os verdadeiros antecessores das áreas de lazer urbano formais praticados em parques ou praças. Somente com a sua diminuição e mesmo desaparecimento, e com a escassez de áreas para lazer das massas menos

privilegiadas, o parque urbano tornou-se uma necessidade social (MACEDO & SAKATA, 2003).

Os parques atendem a uma grande diversidade de busca por lazer, tanto esportivas como culturais, não possuindo uma destinação dirigida basicamente para o lazer contemplativo, característica dos primeiros grandes parques públicos. Novas funções foram introduzidas no decorrer do século XX, como as de conservação dos recursos naturais, típicas dos parques ecológicos (MACEDO & SAKATA, 2003). Assim, os parques urbanos visariam também preservar os atributos naturais, conciliando a conservação dos ecossistemas com um espaço destinado ao lazer.

Segundo Macedo & Sakata (2003), o parque ecológico objetiva prioritariamente a conservação dos recursos ambientais. Assim, esse tipo de parque possui áreas concentradas, voltadas para atividade de lazer ativo, ao lado de áreas voltadas para o lazer passivo, como caminhada por trilhas. O parque ecológico tornou-se popular no Brasil na década de 1980. Em Amsterdã o Thyssepark tornou-se o primeiro parque público ecológico do mundo.(SCALISE, 2002).

Um parque urbano deve favorecer a conscientização da população sobre a conservação dos recursos naturais, permitindo a integração da mesma com o ambiente por meio de espaços destinados ao lazer. Ressalta-se ainda a importância de um parque urbano para as instituições escolares e acadêmicas, pois o local oferece diversas informações sobre o ecossistema podendo contribuir em pesquisas e estudos científicos (SILVA, 2002).

Os benefícios derivados da conservação da natureza são imensos, relacionados com recreação, bem-estar físico e o valor fundamental da própria natureza. Uma das maiores contradições relacionadas a parques está no fato de o mesmo só conseguir apoio popular após ser estabelecido. Existe uma tendência no sentido de aumentar a utilização dos parques em todo mundo. Conforme os países forem se desenvolvendo e se tornando mais prósperos e com maiores índices de urbanização, os parques devem receber um maior número de visitantes e maior apoio popular, independente das características culturais desses países (TERBORGH e VAN SCHAİK, 2002).

As áreas verdes, entre elas os parques urbanos, são consideradas no século XXI, diante de transformações do significado e da apropriação do urbano, sob duas novas perspectivas na cidade moderna. Por um lado, essas áreas enfrentam como todos os usos, pressões do aumento da malha urbana as quais contribuem para torná-las espaço de conflitos ou áreas em que outros usos podem concorrer para existir no de formação do mosaico urbano. Entretanto, como resultado da escassez gerada pela reprodução ampliada do capital urbano, as áreas verdes tornaram-se “nova raridade” ou um bem escasso, por isso tais espaços passam a ser um bom negócio. O verde ganha valor de troca em função de sua raridade (SANTANA, 2001).

Ao final dos anos 90, a conscientização da população sobre a idealização, gestão e valor social dos parques está muito aquém do desejável, apesar de estar em curso uma mudança real em relação a posturas mais adequadas na manutenção e conservação (MACEDO & SAKATA, 2003).

4.2 Tipos de Parques no Distrito Federal

A criação de parques vinha sendo realizada no Distrito Federal por iniciativa tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo, sob as mais diversas denominações: ecológico, vivencial, urbano e recreativo. Contudo, não havia critérios definidos tendo em vista não existir uma legislação específica que regulamentava e estabelecia as suas diretrizes.

Diante desta problemática, para orientar a criação e implantação de parques, foi publicada no dia 14 de dezembro de 1999, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, a Lei Complementar nº. 265 que disciplina a criação de parques no DF, procurando adequar ao proposto no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Através dessa Lei os Parques do Distrito Federal foram classificados em Parques Ecológicos e Parques de Uso Múltiplo, sendo constituídos **unidades de uso sustentável** e instituídos pelo poder público. Os Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo do Distrito Federal totalizam 67 unidades, com áreas que variam de 11 a 1.048 hectares. Consta no anexo desta monografia a Lei em questão.

4.2.1 Parques Ecológicos

Conforme a Lei Complementar nº. 265 de 1999, em seu capítulo II artigo nº. 4, os Parques Ecológicos devem possuir áreas de preservação permanente, nascentes, olhos d'água, veredas, Matas ciliares, campos de murunduns ou manchas representativas de qualquer fitofisionomia do Cerrado que abranjam, no mínimo, 30% da área total da unidade. Conforme essa mesma Lei, em seu capítulo II artigo nº. 5, os objetivos de um Parque Ecológico são:

- I. Conservar amostras dos ecossistemas naturais;
- II. Proteger paisagens naturais de beleza cênica notável, bem como atributos excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica e histórica;
- III. Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos e genéticos;
- IV. Promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação com espécies nativas;
- V. Incentivar atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental;
- VI. Estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

4.2.2 Parques de Uso Múltiplo

Segundo a Lei Complementar nº. 265 de 1999 em seu capítulo II artigo nº.6, os Parques de Uso Múltiplo devem situar-se dentro de centros urbanos, ou contíguos a estes, em áreas de fácil acesso à população, predominantemente cobertas por vegetação, nativa ou exótica.

As áreas selecionadas para criação e implantação de Parques de Uso Múltiplo devem possuir infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades recreativas, culturais, esportivas, educacionais e artísticas. O artigo nº. 7 define os objetivos dos Parques de Uso Múltiplo:

- I. Conservar áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas, de grande beleza cênica;
- II. Promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação, com espécies nativas ou exóticas;

III. Estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

A Lei em questão define que as áreas degradadas situadas no interior dos Parques Ecológicos e Uso Múltiplo serão objeto de recuperação, sendo vedada qualquer atividade ou empreendimento, público ou privado, que comprometa as características naturais da área, ou que coloque em risco a integridade dos ecossistemas e da biota local. A Lei afirma ainda que é proibido o uso residencial, permanente ou temporário no interior de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo, excetuando-se apenas a moradia temporária do Administrador em exercício.

Essa Lei estabelece ainda que deverá haver um Plano de Manejo para cada Parque Ecológico e de Uso Múltiplo, disciplinando o zoneamento, o uso e a ocupação da área. O Plano deverá conter no mínimo três zonas: zona de conservação, zona de recuperação e zona de atividades múltiplas (onde são permitidas atividades de recreação, lazer, esporte, educação, cultura e arte). As áreas vizinhas aos Parques Ecológicos são consideradas Zonas de Transição e as atividades desenvolvidas na mesma devem ser compatíveis com a área protegida, de forma a não comprometer a sua conservação.

A Política de Parques do Distrito Federal, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF, estabeleceu três pontos mínimos para a implantação dos parques: definição da poligonal com o estabelecimento do Memorial Descritivo e do Projeto de urbanismo; cercamento do perímetro com alambrado e criação do sistema de vigilância 24 horas destes patrimônios públicos.

4.3 Caracterização do Parque do Guará

4.3.1 Histórico

Para se compreender o objeto de estudo, faz-se necessário conhecer um pouco da história da Região Administrativa do Guará, onde ele está inserido.

4.3.1.1 A origem da Região Administrativa do Guará

A construção do Guará foi iniciada em 1967 para absorver o contingente populacional oriundo de invasões, núcleos provisórios e funcionários públicos. O idealizador e fundador do Guará foi o engenheiro Rogério de Freitas Cunha. Ele foi encarregado de solucionar o problema de falta de moradia em Brasília, principalmente para funcionários da NOVACAP

(Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil) e da então Prefeitura do Distrito Federal. Rogério idealizou e executou um plano de construção de casas pelo sistema de mutirão, cujos resultados alcançaram repercussão não só em todo país como também no Chile e no Vaticano (VASCONCELOS, 1988). (Figura 01)



Figura 1: Mutirão para a construção das casas do Guará. Foto cedida pelo Arquivo Público do Distrito Federal.

As primeiras oitocentas residências foram construídas por meio do sistema de mutirão, pelos funcionários da NOVACAP que nelas iriam residir. Como desde 1964 já existia a Vila Guará, próxima ao Setor de Indústria, a área foi escolhida para abrigar a nova cidade (Figura 02).



Figura 2: Área para a construção do Guará. Foto cedida pelo Arquivo Público do Distrito Federal.

No dia 21 de abril de 1969, o Guará foi oficialmente inaugurado com 2.623 casas concluídas e 1.021 em construção, abrigando uma população de 25 mil habitantes. Estava criado o Setor Residencial Indústria e Abastecimento – SRIA, nome oficial do Guará até 1989. (Figura 03)



Figura 3: Primeiras casas construídas no Guará I. Foto obtida no Arquivo Público do Distrito Federal.

Em 1969, o SRIA foi ampliado para o sul, na direção do Núcleo Bandeirante, dando origem ao Guará II. Esta área foi destinada aos funcionários públicos transferidos para Brasília com o fim da construção dos últimos ministérios. (GDF, 2000). (Figura 04)



Figura 4: Área para a construção do Guará II. Foto obtida no Arquivo Público do Distrito Federal.

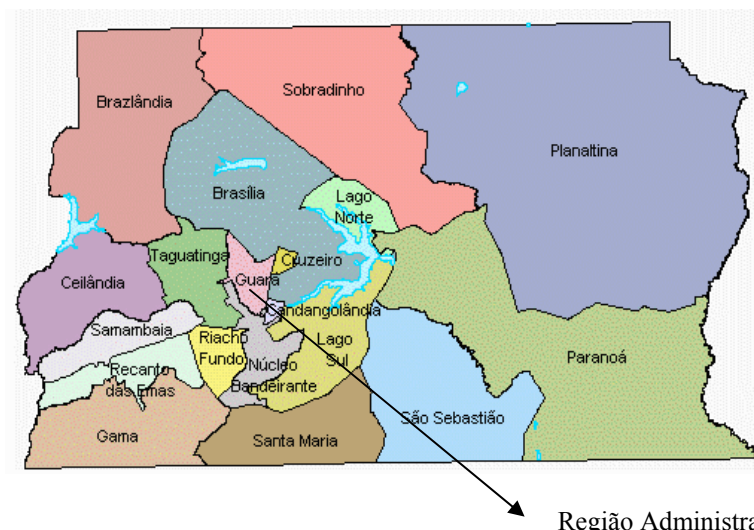
O nome Guará se deve ao córrego Guará, que corta sua área e que provavelmente foi assim batizado em homenagem ao lobo-guará, espécie comum no Planalto Central.

O território do Guará I e do Guará II tem sua origem na antiga fazenda Bananal, que constitui também a área do Plano Piloto. Eram mais de 4700 alqueires geométricos de propriedade de Jorge Peles e Jerônimo José da Silva. A desapropriação das terras ocorreu no dia 30 de dezembro de 1955. Estas terras foram as primeiras a serem desapropriadas e pertenciam ao município de Planaltina, que tinha seus limites até o Córrego Vicente Pires.

A transferência das terras à NOVACAP ocorreu em 1957, em ato solene no Palácio do Catete, no dia 18 de fevereiro, com a presença do presidente Juscelino Kubitschek, que recebeu as terras do governador goiano Juca Ludovico (VASCONCELOS, 1988).

O Decreto n.º 2.356, de 31.08.73, cria a Administração Regional do SRIA, composta pelo Guará I, Guará II e o SRIA - Setor Residencial Indústria e Abastecimento. Com o advento do Decreto n.º 11.921, em 25.10.1989, o Guará, até então denominado SRIA e ocupando uma área de 8,6 Km², passou a ocupar uma área de 45,66 Km², sendo então criada a Região Administrativa Guará (RA X).

A região administrativa é formada por áreas urbana e rural. A área urbana apresenta 10,23 km² e a área rural 35,23 km² totalizando 45,46 km². A área urbana é composta pelo Guará I e Guará II, Quadras Econômicas Lúcio Costa (QUELC), Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Setor de Transporte Rodoviário de Cargas (STRC), Setor de Oficinas Sul (SOFS), Setor de Clubes, Estádios Esportivo Sul, Setor de Inflamáveis, Guarazinho e Invasão da Estrutural. A área rural compreende as Colônias Agrícolas: Águas Claras, Cabeceira do Vale e Vicente Pires nº 25 e nº 64 a 77. (CODEPLAN, 2000). A RA Guará é uma das menores Regiões Administrativas do Distrito Federal. (Figura 05).



Região Administrativa do Guará

Figura 5: O Distrito Federal e as suas Regiões Administrativas (Mapa fonte: CODEPLAN, 2000).

.3.1.2 O Parque Ecológico

O Parque Ecológico do Guará foi criado visando beneficiar a qualidade de vida da população do Distrito Federal, especialmente os habitantes do Guará e entorno. (Figura 06).



Figura 6: Entrada do Parque Ecológico Ezequias Heringer

Possui uma área verde com potencial para a prática de atividades de lazer e recreação naturais e ecológicas, que visem principalmente a preservação de sua fauna e flora. Desde a criação da RA do Guará, os moradores anseiam por uma área natural para apreciação da natureza e também para a realização de atividades de pesquisa científica e educação ambiental (PLANO DIRETOR, 1993). (Figura 07)



Figura 7: Vista geral do Parque Ecológico e sua vegetação.

O Parque Ecológico Ezequias Heringer, denominado anteriormente Parque Ecológico do Guará, existe desde 1968. A primeira regularização ocorreu por meio do Decreto nº 3597 de 11/03/1977 em função de interferências com a área de transmissores da Rádio Nacional. Sua área inicial somava 700 ha e com a implantação de diversos loteamentos foi reduzida para 489 ha. Em 1984 por decisão judicial ficou aprovada a área nº 01 para o Jardim Zoológico de Brasília e as áreas 2, 3 e 4 para o Parque Ecológico do Guará. Ficou alterada ainda a denominação das Áreas 1, 2, 3 e 4 para as Áreas 27, 28, 29 e 30, respectivamente.

Em 1988, por meio do Decreto nº 11.262 as áreas 29 e 30 passaram a constituir a Reserva Ecológica do Guará. Em 1993, em função da construção do Metrô, foi elaborado o Plano Diretor que estabeleceu o zoneamento das duas áreas do parque, separadas fisicamente pela Estrada Parque Guará (EPGU), as áreas nº 27 e 28. A Lei nº 756 de 08/09/1994 denominou o Parque do Guará como Parque Ecológico Ezequias Heringer e a Lei nº 1.826 de 13/01/1998 criou definitivamente o Parque Ecológico Ezequias Heringer, com uma área de 306,44 ha que inclui um trecho do Córrego do Guará.(PLANO DIRETOR, 1993).

A área nº 27 do Parque apresenta vegetação consideravelmente degradada pela ação antrópica. A porção de Mata ciliar presente encontra-se alterada devido ao processo

erosivo. A área nº 28 é formada, em sua maior parte, por solos hidromórficos, perenes ou periodicamente encharcados. Essa área encontra-se envolvida por chácaras com atividades agrícolas de pequeno porte. (opcit)

As principais fitofisionomias presentes no Parque são brejo (na área da lagoa de estabilização de esgoto), campo úmido estacional, campo sujo, Cerrado *sensu stricto* e Mata de galeria. As áreas de campo sujo e Cerrado encontram-se quase integralmente degradadas. A ação humana nos últimos anos foi intensa e eliminou praticamente o que havia de vegetação nativa. (opcit). Há fotos do Parque em anexo nesta monografia.

A Mata de galeria apresenta grande importância, pois age como um corredor ecológico para a fauna entre duas unidades de conservação vizinhas, a Reserva Ecológica do Guará e o Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo. Na Mata de galeria foram encontradas duas espécies raras e ameaçadas de extinção, o *Podocarpus sellowii* e *Equisetum Giganteum*, além de 72 espécies de orquídeas (30% da flora orquídea do DF) e 22 espécies de árvores. Várias espécies exóticas foram introduzidas no Parque, entre elas árvores frutíferas (jaqueira, laranjeira, mamoeiro, mexeriqueira, goiabeira, figueira, ameixeira, sirigüela, jamelão, entre outras) e espécies como *Pinus* e *Eucaliptos* (PLANO DIRETOR, 1993).

Ainda segundo o Plano Diretor, em relação à fauna, foram encontrados no parque 43 espécies de aves nas áreas habitadas e 30 na área da lagoa de oxidação, sendo que algumas utilizam a área para reprodução sendo migratórias. Com relação aos mamíferos, foram encontradas no Parque apenas pegadas e fezes de capivaras. A fauna de vertebrados típicos do Cerrado no Parque apresenta-se escassa, pois foi verificado o predomínio de espécies comumente encontradas em ambientes alterados.

Após 11 anos de elaboração do Plano Diretor, a tendência é haver na área do Parque mais perdas na diversidade biológica, tendo em vista o aumento da ocupação humana dentro do Parque entre os anos de 1993 a 2004 e a não implementação do mesmo. Salienta-se que não houve revegetação expressiva com espécies do Cerrado, não havendo assim o repovoamento com espécies da fauna deste bioma. Esse é inclusive um dos objetivos propostos para o Parque segundo a lei que o criou. Ressalta-se que houve a introdução de

fauna exótica no parque por parte dos chacareiros e invasores que lá residem, contribuindo para a alteração do ecossistema local.

Segundo a Lei 1.826/98 que criou o Parque Ecológico, os seus objetivos são:

- Garantir a preservação dos ecossistemas remanescentes, com recursos bióticos e abióticos;
- Promover a recuperação de áreas degradadas com espécies vegetais nativas da região;
- Propiciar à população condição para realização de atividades culturais, educativas e de lazer em contato harmônico com o meio natural;
- Disciplinar a ocupação da área;
- Incentivar a pesquisa para possibilitar o repovoamento da área com a fauna do Cerrado (art. 3º, I, II, III e IV).

Segundo a mesma Lei, em seu artigo 4º, “o Parque deve ser administrado por um conselho gestor composto por representantes do Governo do Distrito Federal, entidades de proteção ambiental do Distrito Federal e entidades comunitárias, em consonância com o Plano Diretor do Parque”.

4.3.1.3 Principais problemas do Parque Ecológico

Desde a sua criação, o Parque Ecológico Ezequias Herlinger não tem sido plenamente utilizado para os fins aos quais foi criado. Residem em seu interior, segundo a Administração do Parque, 122 famílias cadastradas e mais de 300 famílias invasoras. (Figuras 08 e 09).



Figura 8: Invasão na Mata de galeria do Córrego Guará dentro do Parque.



Figura 9: Invasão no Parque Ecológico.

Dessa ocupação resulta uma grande quantidade de lixo e entulho produzidos pelos moradores (figura 10).



Figura 10: Lixo doméstico na Mata de galeria do Córrego Guará.

Segundo a administração do Guará, no ano de 2002, em uma semana, foram retirados 200 caminhões com entulhos do Parque. Além do lixo produzido, os moradores modificaram a paisagem natural introduzindo espécies vegetais e animais exóticos no parque. (Figura 11).



Figura 11: Criação de animais exógenos no Parque Ecológico.

Soma-se ainda a este quadro o fato dos moradores utilizarem a água das nascentes presentes no Parque para consumo próprio e verterem os resíduos no Córrego Guará, além de danificarem com as invasões a Mata ciliar que é área de preservação permanente (APP)² .(Figura 12).



Figura 12: Drenagem para captação d'água no interior do Parque do Guará

² **Área de preservação permanente:** área protegida pelo Código Florestal Brasileiro, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. Inclui vegetação natural situada ao longo dos rios ou cursos d'água.

Adiciona-se a estes problemas o fato dos moradores do Parque serem incentivados por políticos a permanecerem residindo no local, (conforme declarações e depoimentos de alguns moradores), o que acordo a Lei Complementar nº. 265/99 não é permitido.

Por se apresentar nestas condições, o Parque não tem sido utilizado pelos moradores do Guará como um meio de desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza. Além disso, os objetivos específicos do Parque Ecológico Ezequias Heringer também não tem sido atingidos.

4.4 Proposta do Plano Diretor para o Parque do Guará

O Plano Diretor do Parque Ecológico do Guará foi elaborado pela Coordenadoria Especial do Metrô, como medida compensatória em decorrência da construção das linhas férreas em seu interior. O Plano foi produzido com recursos do próprio empreendedor visando promover a implantação do Parque.

As diretrizes propostas para elaboração do Plano visam contemplar os seguintes aspectos:

- Garantir a preservação dos ecossistemas naturais ainda existentes;
- Promover a restauração das áreas que foram alteradas;
- Garantir a proteção qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos;
- Disciplinar a ocupação da área e assegurar condições para realização de pesquisa integrada à educação ambiental;
- Proporcionar lazer e recreação em contato com o meio natural;
- Promover pesquisa visando a possibilidade de reintrodução da fauna.

A supervisão do Plano ficou a cargo de representantes do Governo do Distrito Federal e da sociedade civil, integrando a comissão de acompanhamento as seguintes entidades: Secretaria de Meio Ambiente Ciência e Tecnologia (SEMARH, antiga SEMATEC); Secretaria de Obras, através da Coordenadoria Especial do Metrô e Instituto

de Planejamento do Distrito Federal; Administração Regional do Guará e Comissão de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA do Guará.

O Parque Ecológico foi então dividido em **quatro setores** caracterizados pelas *inter-relações dos componentes físicos e bióticos* e formas de organização do espaço resultantes da ação antrópica. Sobrepondo estes setores, foram propostas **oito zonas de uso e ocupação**, em função das características ambientais e da capacidade de suporte do Parque. A caracterização dos setores e das zonas são apresentadas as seguir (Quadro 01).

Quadro 1: Caracterização dos setores, zonas e usos do Parque Ecológico conforme o seu Plano Diretor

Setor		Zona	Localização	Tipo de uso e ocupação
I-Setor de Preservação com recuperação Progressiva	I-A: Setor de maior sensibilidade ambiental	Zona 01 (acesso por trilha próximo à casa de cultura do Guará).	Faixa de 200m ao longo do Córrego Guará na área 28.	- Atividades ligadas à ecologia; - Trilha que percorre a mata margeando a Zona; - Três travessias para pedestres sobre o curso d'água.
	I-B: Setor de menor sensibilidade ambiental	Zona 07 (acesso por trilhas nas áreas de menor declividade)	Margem do Córrego Guará na área 27	- Cinco grupos de churrasqueiras - Recanto de descanso junto às mangueiras existentes na margem do Córrego
II-Setor de uso restrito	II-A: Setor alterado de nascentes II-B: Setor de lagoas de estabilização	Zona 02 (acesso a partir do SOF sul e próximo ao Estádio Pelezão)	Local da lagoa de estabilização que ficará isolada do restante do Parque pela linha do Metrô	- Uso restrito até que as lagoas não ofereçam riscos à saúde
III-Setor de uso extensivo tampão			Área em volta da mata de galeria	- Lazer contemplativo, bosques e churrasqueiras - Pomar ecológico e viveiro florestal
IV-Setor de uso intensivo diferenciado	IV-A: Setor de maior sensibilidade ambiental	Zona 04 (acesso via contorno do Guará II junto ao SESI)	Extremidade Sul da área 28	- Centro administrativo do Parque - Centro de vivência - Restaurante - Base da guarda florestal - Mirante - Parques infantis e quadras poliesportivas
	IV-B: Setor de sensibilidade média	Zona 03 (via que corta o Parque e dá acesso ao Parkshopping)	Área 28 entre a linha do metrô e setor de uso extensivo tampão na margem esquerda do Córrego	- Escola de Educação ambiental - Espaços poliesportivos e lazer - Área de acesso de veículos e pedestres - Faixas para pedestres e ciclistas - Parques infantis e aparelhos de ginástica - Museu, viveiro de mudas - Cinco quadras poliesportivas - Praça abrigando anfiteatro coberto - Lanchonete / bar - Local de encontro comunitário
	IV- C: Setor de baixa sensibilidade	Zona 06 (acesso via contorno do Guará II junto ao SESI)	Margem direita do Córrego Guará na área 27	- Equipamentos esportivos e recreacionais - Aparelhos de ginástica e parques infantis - Recanto de lazer contemplativo - Campo de futebol - Quadra poliesportiva coberta - Restaurante - Pequeno lago - Travessia sobre o Córrego com um recanto de lazer e descanso
	IV- D: Setor com estabilidade relativa	Zona 05 (acesso pela EPGU)	Área 28	- Uso intensivo - Bosque - Praça de múltiplas atividades que permite a montagem de circos, parque de diversões e espetáculos - Não precisa estar cercada
	IV- E: Setor estável	Zona 08 (acesso reformulação da EPGU e EPIA)	Parte mais elevada da área 27, degradada pela exploração de cascalho	- Anfiteatro podendo abrigar até 3 mil pessoas

Além das edificações identificadas, foram propostos, ainda: sanitários públicos, bicicletário, módulos de segurança e módulos de apoio aos visitantes.

A Escola de Educação Ambiental deverá apresentar dois pavilhões e um pátio central. Um dos pavilhões é destinado a atividades alternativas, administração da escola e salas de aula. O outro é destinado à educação científica, que abriga laboratórios de demonstração e de monitoramento, sala de computação, biblioteca e videoteca. O museu proposto apresenta área coberta composta por salões de exposição e áreas de apoio. São destinados espaços para a administração do museu, depósito de acervo e para a biblioteca.

De acordo com o Plano Diretor, o Centro de Vivência é destinado a abrigar atividades comunitárias do Guará e será ligado à Administração do Parque através de uma passarela. Haverá um auditório plurifuncional para 350 pessoas, com palco, camarins e equipado para projeções cinematográficas.

A área da administração será composta por uma secretaria, sala do administrador, sala de reuniões, vestiários, sala dos funcionários e almoxarifado central. A administração, o centro de vivência e o restaurante compõem a Praça de Vivência do Parque, de acordo com o proposto no Plano Diretor.

O ginásio de esportes coberto e aberto abrigará até 300 pessoas e será equipado para a prática de esportes de salão. O anfiteatro é o espaço destinado a shows e espetáculos para até três mil pessoas. As arquibancadas exploram a depressão existente no terreno e o palco terá uma cobertura de lona apoiada por dois arcos metálicos e cabos de tensão. Esse anfiteatro apresentará camarins e depósitos.

O Plano Diretor sugere que seja feito um tratamento na paisagem das praças, já que estas serão um espaço nobre. Para cada uma delas determinam-se árvores, arbustos e plantas rasteiras de qualidades diversas, **nativas ou não**, agrupadas de forma particular reafirmando a idéia de identificar cada conjunto. O **espaço natural seria recriado e em função de uma nova escala**, redefinido seu papel no conjunto do Parque, estabelecendo-se enquanto lugar no qual se possibilita a manifestação do homem em favor da natureza.

Recomenda-se no Plano Diretor que a administração do Parque busque apoio em instituições de pesquisa, como CNPq e a Universidade de Brasília – UnB, para otimizar a utilização da Escola de Educação Ambiental, do Museu Ezequias Heringer e dos Serviços de Revegetação. Propõem, ainda, que os equipamentos do Parque sejam geridos e mantidos de três maneiras: **(1) Administração Direta:** áreas coletivas, equipamentos de vivência, lazer e esportes, ginásio, anfiteatro e teatro de arena; **(2) Administração conjunta com outros órgãos do governo:** Escola de Educação Ambiental, Museu e Viveiro e **(3) Equipamentos arrendados:** bicicletário, restaurantes e bares. Os equipamentos da administração direta poderão ser alugados visando obtenção de receitas para o Parque.

Propõe-se que o Projeto executivo, revegetação/recuperação ambiental e cercas tenham prioridade na implementação. Em seguida, a implementação das zonas, na seguinte ordem de prioridade: **4** (simultânea à trilha ecológica e à escola de educação ambiental), **6, 5, 3 e 8** (juntamente com a passarela suspensa sobre a EPGU). No plano não consta a implantação das zonas **1, 2 e 7**.

5. SUBSÍDIO AO PLANO DE MANEJO DO PARQUE DO GUARÁ

5.1 Metodologia Utilizada

A metodologia científica é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite ao pesquisador alcançar objetivos, determinar o caminho a ser seguido, testar teorias, identificar erros e propor soluções. As atividades que norteiam a pesquisa científica devem ser determinadas por meio da escolha do método que são as estratégias de pesquisa, e cabe ao pesquisador diante do seu problema de pesquisa determinar o método mais adequado (LAKASTOS & MARCONI, opcit, 1991). A estratégia de investigação utilizada nesta pesquisa foi a determinação de um estudo de caso.

Esta pesquisa visou estruturar a percepção sócio-ambiental dos moradores do Guará em relação ao Parque Ecológico Ezequias Heringer, analisar a caracterização físico-biótica do Parque e realizar uma análise crítica a respeito do Plano Diretor proposto para o Parque no ano de 1993 contribuindo assim para reestruturação de seu zoneamento.

Para o desenvolvimento deste trabalho, foram realizadas em primeira etapa pesquisas bibliográficas sobre a cidade do Guará e sobre o Parque Ecológico Ezequias Heringer englobando aspectos históricos, legais e de gestão. No que diz respeito ao Parque foram obtidos também dados referentes ao seu Plano Diretor, à bacia hidrográfica ao qual o Córrego do Guará pertence e à questão da compensação ambiental por parte da empresa construtora do Metrô – DF, pois este transpassa parte da área do Parque.

5.1.1 Percepção sócio – ambiental

Procurando operacionalizar a investigação da percepção dos moradores do Guará em relação ao Parque Ecológico, foi elaborado um questionário, subdividido em cinco macro-indicadores, detalhados no Quadro 2: (1) Identificação do entrevistado; (2) Característica da residência; (3) Percepção sobre meio ambiente; (4) Conhecimento sobre Parques Ecológicos/Parque Ecológico do Guará e (5) Participação na Gestão do Parque Ecológico.

O questionário buscou esclarecer a percepção – interesses, motivação e necessidade – dos moradores do Guará para com o Parque, o grau de informação da comunidade e o envolvimento da população na gestão do mesmo. O questionário utilizado encontra-se no anexo desta monografia.

Para a aplicação do questionário, foi utilizado o Plano de Amostragem não probabilístico, adotando-se o sistema por cotas. Neste sistema, separa-se a população em porcentagens de determinada característica. Em seguida escolhe-se a amostragem com base em outro método, que aqui foi utilizado o de forma aleatória. Assim, o Guará foi dividido didaticamente em cinco áreas, cada área englobando apenas as quadras residenciais urbanas. Em cada área foram contabilizados os números de quadras existentes e nessas o número de conjuntos e prédios residenciais, aqui chamados de blocos. (Figura 13).

A soma total dos conjuntos e blocos das cinco áreas foi 891. Desse total foi estipulado que seriam realizadas 60 entrevistas. Para cada uma das cinco áreas contabilizou-se separadamente o número de conjuntos e de blocos presentes nas quadras residenciais. Para cada total obtido foi estipulado que seriam escolhidos 5% dos blocos e 5% dos conjuntos para a aplicação do questionário em cada uma das cinco áreas. Salienta-se que a pesquisa foi realizada em diferentes quadras de uma mesma área, de forma que se obtivesse dados representativos, obedecendo ao limite de 5%.

Quadro 2: Aspectos abordados nos cinco macro-indicadores utilizados no questionário aplicado aos moradores do Guará.

Identificação	Característica da residência	Percepção sobre meio ambiente	Conhecimento e interesse sobre Parques Ecológicos/ Parque Ecológico do Guará	Participação na Gestão do Parque Ecológico do Guará
Endereço do morador	Casa ou apartamento	Existe algum lugar de lazer interessante no Guará? Qual?	Sabe o que é um Parque Ecológico?	Participa de alguma ação em defesa do meio ambiente?
Há quanto tempo mora no Guará		Existem espaços verdes suficientes no Guará?	Já ouviu falar do Parque Ecológico do Guará?	Participaria de ações para melhoria do Parque ecológico?
Gosta de morar no Guará			Já visitou o Parque Ecológico do Guará? Quantas vezes? O que achou?	Se sim, que ações faria? Quanto do tempo daria?
Nível de escolaridade			Se não visitou, sabe onde ele se localiza? Gostaria de conhecê-lo?	É importante participar junto ao governo de assuntos ligados à questão ambiental?
Sexo			Visitou áreas semelhantes ao Parque? Onde?	O que é necessário ser feito para que o Parque efetivamente funcione?
Idade			Sabe a finalidade de um Parque ecológico?	Daria uma contribuição voluntária em dinheiro para a melhoria do Parque?
Renda familiar mensal em Salários Mínimos			Ter um Parque ecológico ajuda ou atrapalha o Guará?	Pratica atividades junto à natureza? Quais?
Profissão			Ter pessoas morando no Parque ajuda ou atrapalha o Parque?	Para você o que é viver bem?
			O metrô cortando a área do Parque ajuda ou atrapalha o Parque?	
			O que o Parque ecológico deveria ter para ser mais atrativo?	
			Que atividades gostaria de desenvolver no Parque Ecológico?	

Tomando-se o valor total de blocos e conjuntos das cinco áreas, e sabendo-se o número total de questionários a serem aplicados (60 questionários), realizou-se uma regra de três simples onde se obteve o número de questionários que seriam aplicados em cada uma das quadras residenciais contendo os blocos e conjuntos escolhidos anteriormente. Utilizando-se este método, o número de questionários aplicados em cada uma das cinco áreas, acompanhou a densidade populacional das mesmas, pois onde havia um número maior de residências (conjuntos e blocos) foi aplicado um número maior de questionários, proporcionalmente. Destaca-se que a aplicação do questionário seguiu o modelo de pré-teste, podendo esta pesquisa ser aprofundada em um momento posterior.

A caracterização das cinco áreas, com as quadras externas (QE) e as quadras internas (QI) e o número de blocos e conjuntos presentes em cada uma delas são apresentadas adiante. (Quadros 3, 4, 5, 6 e 7.)

Vale ressaltar que para esta pesquisa não foram englobadas as Quadras Econômicas Lúcio Costa, a Vila Tecnológica e a Vila Estrutural, embora façam parte da Região Administrativa do Guará (RA-X).

Assim, de acordo com a metodologia já explicitada acima, para a área 01 foram escolhidas três quadras (QE 01, QE 07 e QI 09) para a aplicação de 05 questionários em prédios residenciais (apartamentos) e cinco quadras (QE 03, QE 05, QI 03, QI 09 e QI 11) para a aplicação de 09 questionários em conjuntos residenciais (casas). Na área 02 foram escolhidas seis quadras (QE 02, QI 04, QI 06, QI 10, QI 12 e QI 22) para a aplicação de oito questionários em prédios residenciais (apartamentos) e dez quadras (QE 04, QE 10, QE 14, QE 18, QI 02, QI 04, QI 06, QI 08, QI 10 e QI 12) para a aplicação de 14 questionários em conjuntos residenciais (casas). Para a área 03 foram escolhidas quatro quadras (QI 23, QI 25, QI 27 e QI 31) para a aplicação de cinco questionários em prédios residenciais (apartamentos) e três quadras (QE 15, QE 19 e QE 21) para a aplicação de cinco questionários em conjuntos residenciais (casas). Para a área 04 foram escolhidas seis quadras (QE 26, QE 28, QE 30, QE 32, QE 34 e QE 36) para a aplicação de oito questionários em conjunto residenciais (casas). Para a área 05 foram escolhidas quatro quadras (QE 38, QE 42, QE 44 e QE 46) para a aplicação de seis questionários em conjuntos residenciais (casas). Tanto na área 04 como na área 05 não há prédios residenciais.

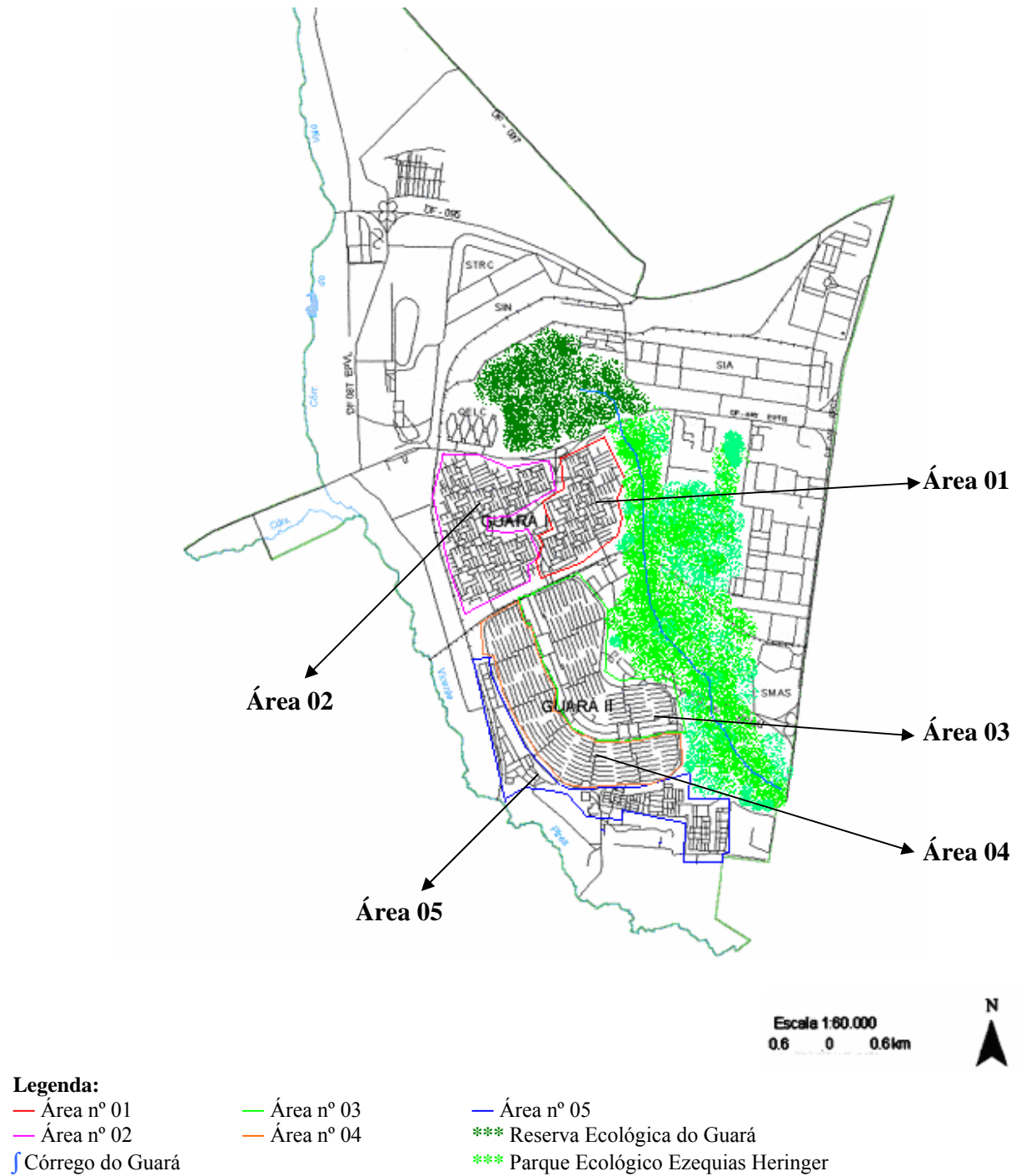


Figura 13: As cinco áreas em que foi subdivido o Guarά para a aplicaçāo dos questionários.

Quadro 3: Caracterização da Área 01

	Quadras	Blocos	Conjuntos
	QE 01	7	6
	QE 03	0	15
	QE 05	0	7
	QE 07	18	0
	QE 09	0	9
ÁREA 01	QE 11	AE	AE
	QI 01	8	15
	QI 03	8	15
	QI 05	8	15
	QI 07	8	15
	QI 09	8	15
	QI 11	8	15
TOTAL	12	73	127

Quadro 4: Caracterização da Área 02

	Quadras	Blocos	Conjuntos
	QE 02	18	0
	QE 04	1	9
	QE 06	AE	AE
	QE 08	0	9
	QE 10	0	4
	QE 12	2	3
	QE 14	0	6
	QE 16	0	3
	QE 18	2	3
ÁREA 02	QE 20	4	7
	QI 02	8	15
	QI 04	8	15
	QI 06	8	15
	QI 08	8	15
	QI 10	8	15
	QI 12	8	15
	QI 14	8	15
	QI 16	8	15
	QI 18	8	15
	QI 20	8	15
	QI 22	8	15
TOTAL	21	115	209

Quadro 5: Caracterização da Área 03

	Quadras	Blocos	Conjuntos
	QE 13	0	11
	QE 15	0	23
	QE 17	0	16
	QE 19	0	15
	QE 21	0	7
ÁREA 03	QI 23	13	0
	QI 25	22	0
	QI 27	10	0
	QI 29	6	0
	QI 31	14	0
	QI 33	15	0
TOTAL	11	80	72

Quadro 6: Caracterização da Área 04

	Quadras	Blocos	Conjuntos
	QE 24	0	9
	QE 26	0	22
	QE 28	0	21
ÁREA 04	QE 30	0	20
	QE 32	0	21
	QE 34	0	19
	QE 36	0	9
TOTAL	07	0	121

Quadro 7: Caracterização da Área 05

	Quadras	Blocos	Conjuntos
	QE 38	0	15
	QE 40	0	16
ÁREA 05	QE 42	0	20
	QE 44	0	25
	QE 46	0	18
TOTAL	05	0	94

Ao se determinar as quadras das cinco áreas e a quantidade de questionários a serem aplicados em cada uma delas, procedeu-se a estipulação da amostra por conveniência. Assim, em cada quadra, foram percorridos os conjuntos/blocos, e entrevistados os moradores que estavam disponíveis no momento, atingindo-se o total de questionários propostos para cada área.

Os resultados dos questionários aplicados aos moradores do Guar4 foram estatisticamente trabalhados e os resultados s4o apresentados abaixo.

5.1.1.2 Resultados e Discuss4o

A percepç4o da comunidade foi obtida a partir de question4rios aplicados em 60 pessoas, moradores da 4rea residencial urbana do Guar4 I e II. No macro-indicador Identificaç4o constatou-se que a maior parte dos moradores (35%) reside no Guar4 h4 mais de 20 anos havendo inclusive moradores do Guar4 I que l4 residem antes mesmo de sua inauguraç4o, ou que dela participaram. (Figura 14).

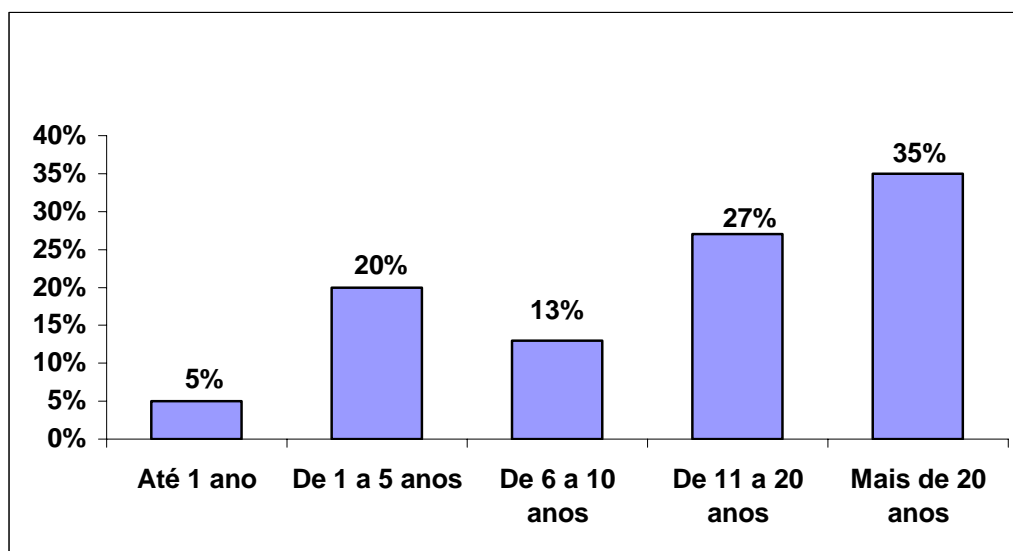


Figura 14: Percentual de tempo de moradia no Guar4

Em relaç4o a satisfaç4o em ser morador do Guar4, 95% dos entrevistados diz gostar e apenas 5% n4o.

No que se refere ao n4vel de escolaridade, a maior parte dos entrevistados (36%) apresenta o ensino m4dio completo, seguido de ensino superior completo (28%). (Figura 15).

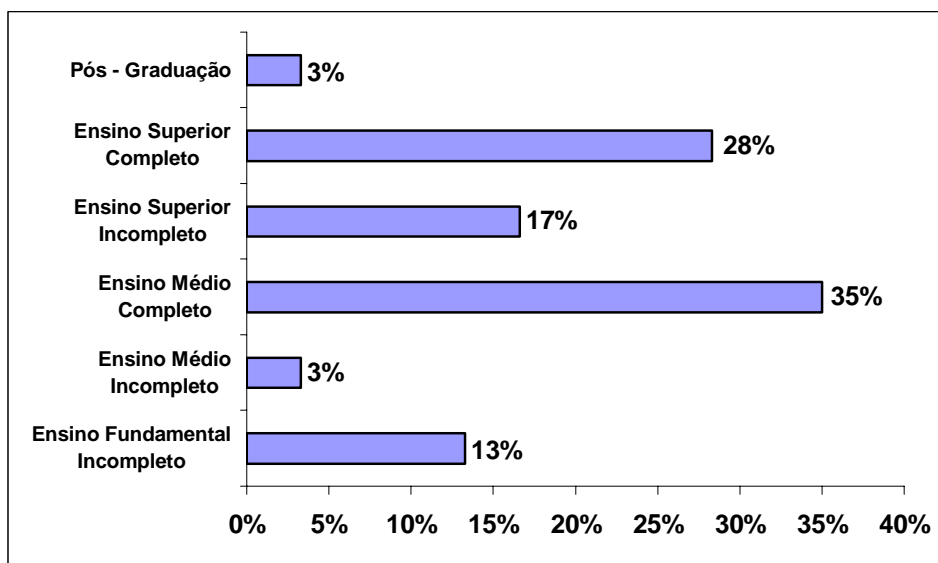


Figura 15: Frequência percentual do nível de escolaridade dos entrevistados.

A maior parte dos entrevistados (55%) eram mulheres. Dos entrevistados, 29% tinha idade entre 21 e 30 anos (29%). Apenas 8% dos entrevistados apresentava idade acima dos 60 anos. (Figura 16).

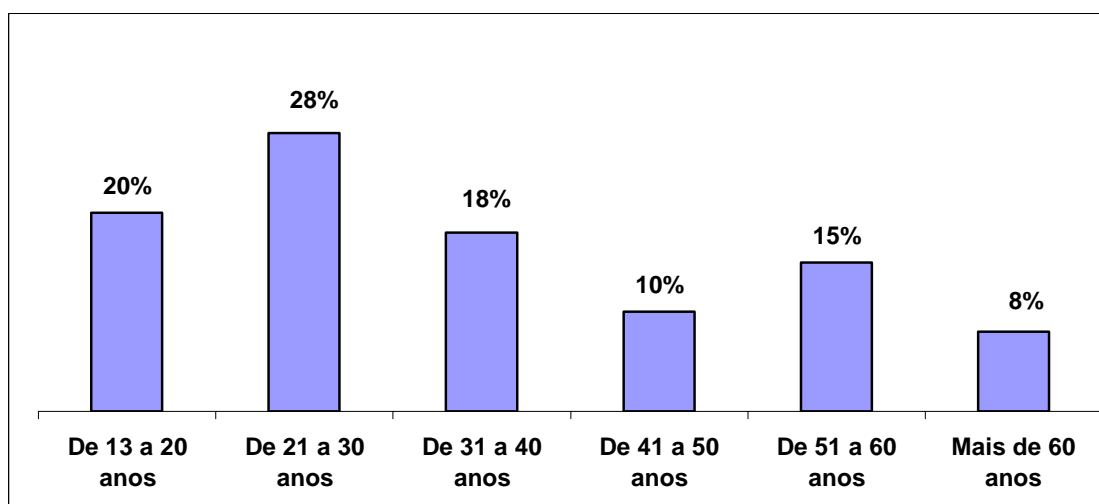


Figura 16: Frequência percentual de idade dos entrevistados.

No que se refere à renda familiar mensal em salários mínimos, o resultado percebido seguiu o apresentado pela CODEPLAN em seu anuário estatístico de 2000, onde a maior parte dos entrevistados (29%) apresenta renda familiar mensal superior a 15 salários mínimos (SM). Alguns dos entrevistados (5%) se negaram a informar a renda familiar, questionando a finalidade

da questão para o objetivo da pesquisa. Outros entrevistados (5%) informaram não saber, embora apontassem (características da residência, profissão, quantidade de carros, nível de instrução) possuir uma renda bem superior a 15 salários mínimos. Para o efeito desta questão, foi adotado o valor do salário mínimo de R\$ 260,00. (Figura 17)

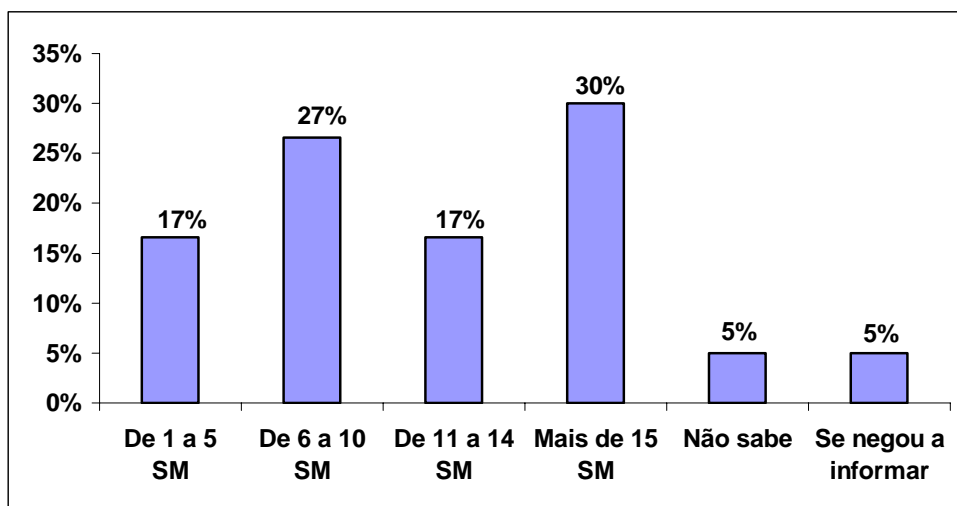


Figura 17: Percentual da renda familiar mensal - em salários mínimos - dos entrevistados.

Quanto a profissão dos entrevistados, utilizou-se a nomenclatura do IBGE para separar as classes profissionais. A metade dos entrevistados (50%) atua na área de prestação de Serviços, sendo aqui incluídas as profissões de Advogado, Servidor Público, Contador, Psicólogo, Professor, Técnico em Informática, Secretário, Radialista, Digitador, Programador de Computador e Bancário. No quesito Outras Atividades, foram incluídos aposentados, militares, empregados domésticos, estudantes e donas de casa. (Figura 18).

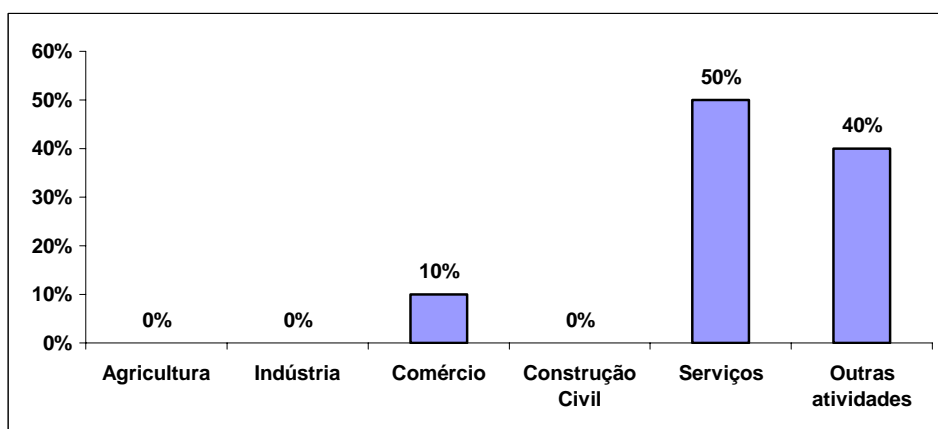


Figura 18: Frequência percentual de classes profissionais segundo a nomenclatura do IBGE.

No macro-indicador Característica da Residência, observou-se que 68% dos entrevistados reside em casa e 32% reside em apartamento.

No macro-indicador Percepção sobre Meio Ambiente, 58% dos entrevistados, afirmou não haver lugar de lazer interessante para ser visitado no Guará, 38% afirmou haver lugar de lazer interessante para ser visitado e 3% não soube opinar. Embora a maioria não vê lugar de lazer interessante para ser visitado, ainda assim, conforme visto anteriormente, 95% dos entrevistados gosta de morar no Guará. Isto pode ser suposto pelo fato do Guará ainda ser uma cidade tranqüila, apresentar saneamento básico eficiente em relação a outras cidades do Distrito Federal, com 97,6% de rede de esgoto e 98,4% de abastecimento de água na rede urbana (CODEPLAN, 2000), e também, devido à proximidade a outros centros comerciais como o Plano Piloto e Taguatinga.

Em relação a percepção de lugar de lazer interessante no Guará, 38% dos entrevistados responderam afirmativamente a esta questão. O lugar de lazer foi agregado a partir das respostas. Assim, foram definidas as seguintes categorias: (1) Compras: Feira do Guará e Feira dos Importados; (2) Lazer/Recreação: Zoológico, Parque Ecológico do Guará, Córrego Bernardo Sayão, Sorveteria e Barzinhos; (3) Esporte: Pista de bicicross, Cartódromo e Ginásio do CAVE ; (4) Compra/Recreação: Parkshopping e (5) Lazer/Recreação/ Esporte: Clube do SESC. (Figura 19).

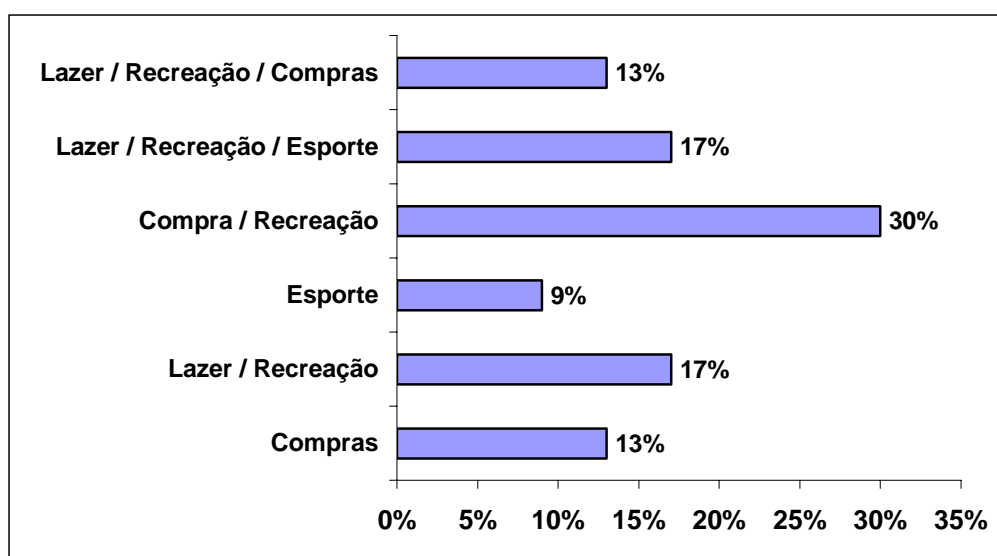


Figura 19: Frequência percentual de percepção de lazer apontado pelos entrevistados.

Ainda no macro-indicador Percepção sobre Meio Ambiente, 52% dos entrevistados afirma haver espaços verdes com árvores suficientes no Guará, 45% afirma não haver espaços verdes com árvores suficientes no Guará e 3% não soube opinar.

No macro-indicador Conhecimento sobre Parques Ecológicos/Parque Ecológico do Guará, 95% dos entrevistados afirma saber o que é um Parque Ecológico. As respostas por eles emitidas foram divididas em quatro categorias, objetivando saber se o entrevistado diferencia o que seja proteção, preservação, conservação e lazer. Tem-se a seguir, a definição de Parque Ecológico apresentada por esses entrevistados que responderam afirmativamente a esta questão. (Figura 20).

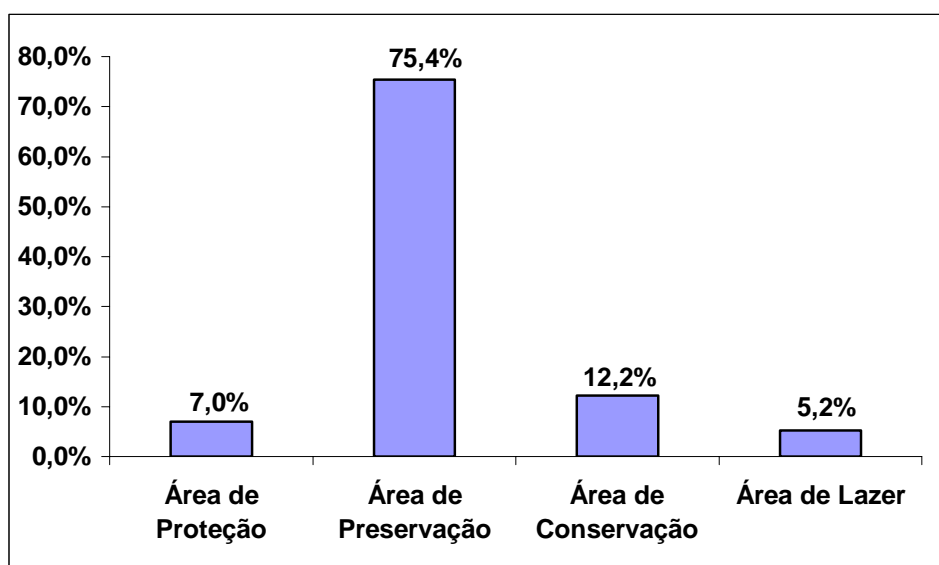


Figura 20: Frequência percentual de definição de Parque Ecológico segundo os entrevistados.

Analisando a figura 20, percebe-se que a maioria dos entrevistados associa Parque Ecológico à preservação do Meio Ambiente. As respostas demonstram a idéia que as pessoas tem sobre preservação ser um termo mais restritivo. Predomina a noção que o Parque Ecológico não é para uso humano e que a área de preservação tem vegetação e fauna nativas. Analisando as respostas fica claro o pouco conhecimento dos entrevistados sobre a diferença entre unidades de uso sustentável e unidades mais restritivas. Muitos afirmaram que Parque Ecológico é uma Reserva Ecológica ou uma Área de Proteção Ambiental. Quando é falado sobre lazer, existe a noção de que o Parque ajuda a melhorar o microclima da cidade.

Analisando separadamente as entrevistas do Guará I (áreas 01 e 02) e do Guará II (áreas 03, 04 e 05) e fazendo uma comparação entre elas, percebeu-se que 94% dos entrevistados do Guará I afirma saber o que é um Parque Ecológico e destes, 76% afirma ser uma área de preservação. Também no Guará II, 96% dos entrevistados afirmou saber o que é um Parque Ecológico e destes, 74% afirmou ser uma área de preservação. Assim, houve semelhança no pensamento de conhecimento a respeito de Parque Ecológico nos dois lugares.

A maioria dos entrevistados (77%) já ouviu falar do Parque Ecológico do Guará, embora apenas 25% já o tenha visitado. Destes, 60% o visitou apenas de uma a cinco vezes e 20% o visitou mais de 15 vezes, sendo um número expressivo. (Figura 21).

Pode-se sugerir que há falta de incentivo à população para o conhecimento do Parque Ecológico e que aqueles que já o conheceram não se sentiram motivados a retornar outras vezes. Percebeu-se nas respostas, que um considerável número de pessoas vão ao Parque Ecológico para usufruir apenas das quadras poliesportivas lá existentes, não desenvolvendo nenhuma outra atividade.

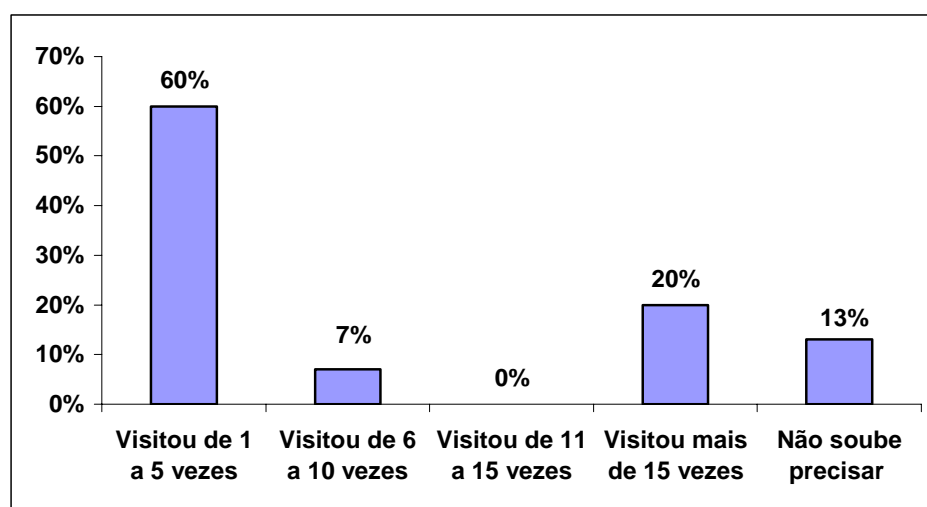


Figura 21: Frequência percentual de visitas ao Parque Ecológico do Guará.

Dos que já o conhecem, a maioria afirmou que o Parque está abandonado, precisando de melhorias e de mais atrativos. Nesses casos, as respostas foram agregadas à categoria Péssimo, conforme pode se observar a seguir. (Figura 22).

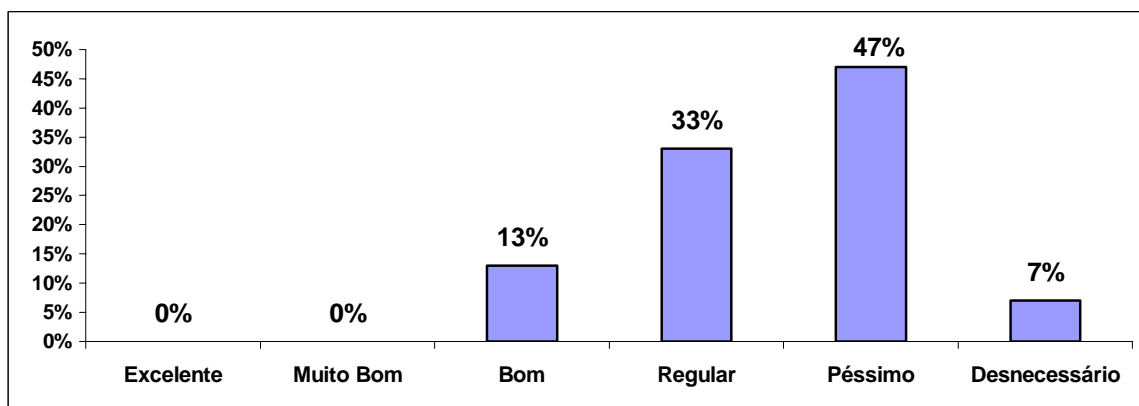


Figura 22: Percentual da percepção dos entrevistados que já conhecem o Parque Ecológico do Guará.

Avaliando separadamente as respostas do Guará I e do Guará II, percebe-se que 78% dos entrevistados do Guará I não visitou o Parque Ecológico e dos 22% que já o visitou, 62% o achou regular. No Guará II, 71% dos entrevistados não visitou o Parque e dos 29% que já o visitou, 57% o achou péssimo.

Dos entrevistados que não conhecem o Parque Ecológico do Guará, 51% afirmou que mesmo não o conhecendo, sabem onde ele se localiza e 49% disseram não saber. Dos que afirmaram saber onde se localiza o Parque Ecológico, 74% souberam com precisão a sua localização e 26% confundiram a Reserva Ecológica do Guará com o Parque, ou não souberam precisar a sua localização. Do total de entrevistados que ainda não conhecem o Parque Ecológico, 80% afirmou que gostaria de conhecê-lo.

Analisando separadamente as respostas do Guará I e do Guará II, percebeu-se que no Guará I 50% dos entrevistados afirmou saber onde se localiza o Parque Ecológico e desses, 57% opinou com precisão a sua localização. No Guará II, 53% dos entrevistados afirmou saber onde se localiza o Parque Ecológico, sendo que 100% dos entrevistados opinaram com precisão a sua localização. Isso demonstra que os moradores do Guará I confundem a Reserva Ecológica com o Parque Ecológico.

Aproximadamente 82% dos entrevistados afirmou já ter visitado outras áreas semelhantes ao Parque Ecológico. Quando foram solicitados a dizer o local, a maioria se enquadrou em área natural. Todavia, não se tratavam de área semelhante ao Parque do Guará em seus objetivos e tipos de uso. O objetivo dessa pergunta foi saber se os entrevistados realmente

distinguem entre Parque Urbano e Unidades de Conservação maiores e saber o interesse por visitar áreas naturais. A partir destes objetivos, as respostas foram agregadas em três categorias: (1) sim, semelhante ao Parque do Guará que obteve 2% das respostas; (2) sim, mas não semelhante ao Parque do Guará, que obteve 92% das respostas e (3) sim, semelhante e não semelhante ao Parque do Guará com 6% das respostas.

Ficou claro que os entrevistados não distinguem entre Parque Urbano e Unidade de Conservação, visto que muitos afirmaram ter visitado o Parque Nacional de Brasília, a Chapada dos Guimarães e a Chapada dos Veadeiros, considerando essas áreas como semelhante ao Parque do Guará. Vê-se também, que os entrevistados não distinguem os objetivos de um Parque Ecológico e demais áreas visitadas por eles mencionadas, como por exemplo, Amazônia, Pantanal, Parque da Cidade, entre outros.

Considerando as respostas do Guará I e do Guará II separadamente, notou-se que no Guará I 78% dos entrevistados afirmou ter visitado áreas semelhantes ao Parque Ecológico, mas após análise verificou-se que destes, 93% visitou área não semelhante ao Parque em seus objetivos e tipos de uso demonstrando assim que não compreendem os objetivos de um Parque Ecológico. No Guará II, 87% afirmou ter visitado áreas semelhantes ao Parque, e destes, após análise, verificou-se que 90% visitou área não semelhante ao Parque em seus objetivos e tipos de uso. Assim como os moradores do Guará I, os moradores do Guará II também não compreendem os objetivos de um Parque Ecológico.

Ainda dentro do macro-indicador Conhecimento sobre Parques Ecológicos/Parque Ecológico do Guará, 78% dos entrevistados afirmaram saber para que serve um Parque Ecológico. As respostas foram agrupadas em seis categorias: (1) Proteção; (2) Preservação; (3) Conservação; (4) Lazer; (5) Melhoria da qualidade de vida e (6) Pesquisa.

Foi observado que a noção de Parque Ecológico está ligada à preservação do meio ambiente, das espécies nativas da fauna e flora, sendo assim de uso restrito. O item Preservação aqui adotado refere-se à visão que a comunidade apresentou, associando a uma área em que não existe uso humano. O quesito Proteção foi percebido pela comunidade como podendo haver o uso humano no Parque, ou seja, este não sendo de uso restrito. No quesito Conservação, a comunidade a percebeu como a junção das categorias Proteção e Preservação. (Figura 23).

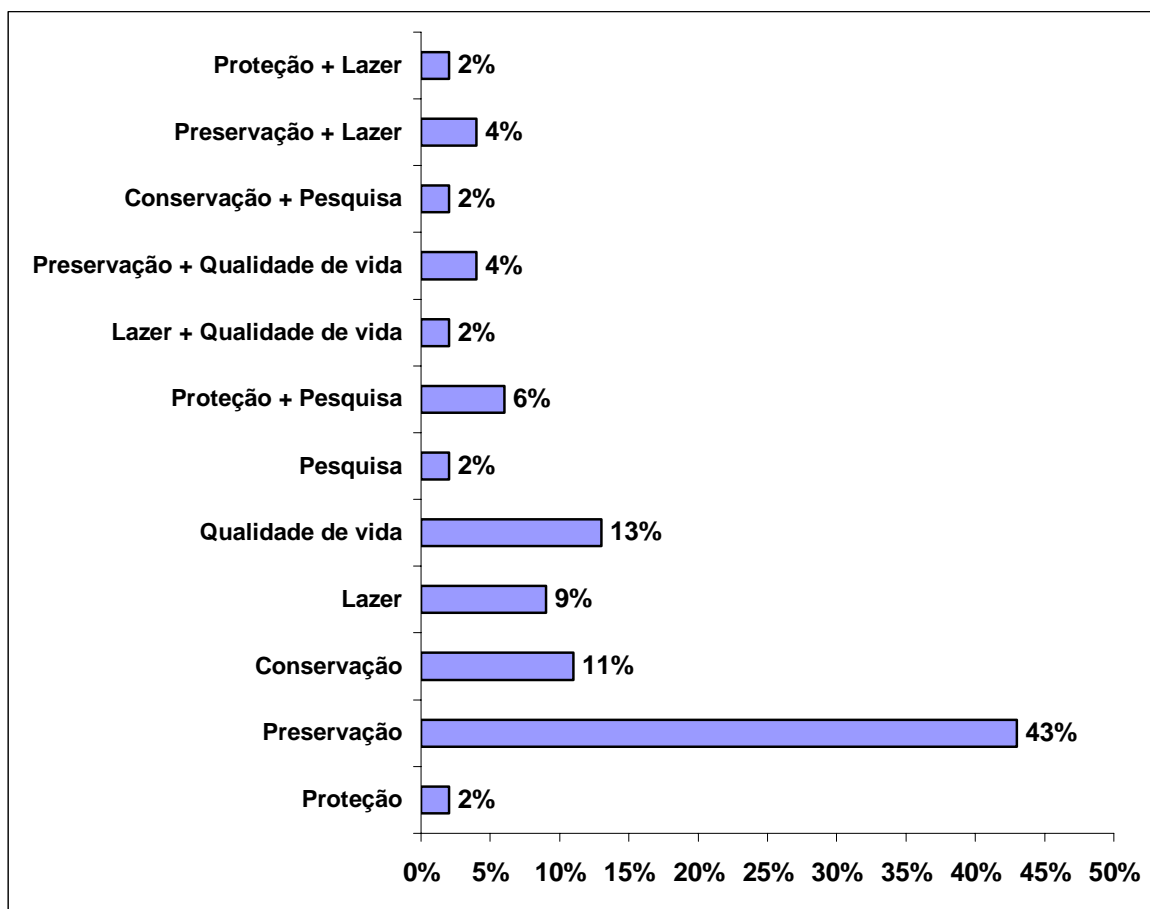


Figura 23: Frequência percentual de objetivos de um Parque Ecológico segundo os entrevistados.

Observando separadamente as respostas do Guará I e do Guará II, verificou-se que tanto no Guará I como no Guará II os índices de afirmações sobre o conhecimento dos objetivos de um Parque Ecológico foram elevados. No Guará I, 72% dos entrevistados afirmou saber para que serve um Parque Ecológico, e destes 38% afirmou ser para preservação do Meio Ambiente. No Guará II, 87% afirmou saber para que serve um Parque Ecológico e destes, 48% também afirmou ser para preservação do Meio Ambiente. Isso evidencia que os entrevistados pensam de maneira semelhante, embora na questão anterior tenham demonstrado não saber na prática o que este conceito significa.

Dos entrevistados, 97% afirmou que ter um Parque Ecológico no Guará ajuda esta RA. Três por cento dos entrevistados são indiferentes. Observou-se que 17% acham que ajuda apenas para a sua qualidade de vida, muitas vezes associada ao lazer. O mesmo percentual

associa qualidade de vida à qualidade da cidade, onde a questão do ar puro e diminuição da poluição estão contemplados. Alguns (9%) responderam apenas a vantagem do Parque em relação à qualidade da cidade. Outros (29%) consideraram apenas a questão da preservação da natureza desvinculada do uso humano do Parque. Outro tipo de classificação foi a partir da junção da qualidade de vida com a qualidade da cidade e a preservação da natureza, onde 17% dos entrevistados acredita que um Parque Ecológico ajudaria. Nove por cento acredita que um Parque ajuda na qualidade de vida e na preservação da natureza. Do grupo de entrevistados que acha que ter um Parque Ecológico ajuda, somente 2% não soube precisar as vantagens.

Analisando separadamente as respostas do Guará I e do Guará II, 100% dos entrevistados do Guará I afirmaram que ter um Parque Ecológico ajuda o Guará e destes, 38% considera que ajuda porque preserva a natureza. No Guará II, 92% dos entrevistados diz que ter um Parque Ecológico ajuda o Guará e destes, 23% afirmou que ajuda na qualidade de vida, na melhoria da cidade e na preservação da natureza e 18% afirmou que ajuda na preservação da natureza igualando com outros 18% que afirmaram que ajuda na qualidade de vida e na qualidade da cidade. Percebe-se que os moradores do Guará II associam o Parque Ecológico à sua vida e à melhoria da cidade, não estando o seu pensamento tão vinculado somente à preservação da natureza. Isto pode ser sugerido pela proximidade do Parque ao Guará II que faz com que os moradores percebam mais os seus benefícios para a comunidade.

Em relação a haver moradores dentro do Parque Ecológico do Guará, 7% dos entrevistados acredita que, se essas pessoas fossem instruídas e treinadas, elas ajudariam o Parque preservando-o. Aproximadamente 90% dos entrevistados acredita que haver pessoas morando no Parque o atrapalharia. Dentre os motivos apresentados tem-se a poluição, o desmatamento, a erosão, o desequilíbrio e as queimadas, a desconfiguração do clima de Parque Ecológico (tornando-o mais urbano), bem como o beneficiamento de uma área que é pública, podendo vir a inibir as demais pessoas de visitarem o local, causando medo e até aumento da violência.

No que se refere ao metrô cortando a área do Parque Ecológico, 60% dos entrevistados acredita que atrapalha o Parque, pois causa degradação nos ecossistemas naturais, poluição sonora, visual e química (graxa, freios) e isola espécies. Aproximadamente 15% dos entrevistados acreditam que a presença do metrô ajuda, pois divulga o Parque e aumenta as formas de acesso; 8% das pessoas não souberam opinar e 17% são indiferentes a esta questão.

Considerando as respostas do Guará I e do Guará II separadamente percebe-se que, tanto no Guará I como no Guará II, os entrevistados associam o metrô no Parque Ecológico a algo que o prejudica. No Guará I, 58% dos entrevistados diz que o metrô atrapalha o Parque e no Guará II 63% concordam com essa afirmação. No Guará I, 14% diz que pode trazer vantagens; no Guará II 17% dos entrevistados concordam com este ponto de vista.

Quando perguntados a respeito do que o Parque Ecológico deveria ter para ser mais atrativo, as respostas foram agregadas em seis categorias: (1) Segurança; (2) Administração, a qual englobou os aspectos de divulgação, infra-estrutura e cuidado para com o Parque; (3) Atividades de Recreação e Esportes; (4) Educação Ambiental; (5) Atividades Culturais e (6) Compras. O número de pessoas que não soube opinar foi relativamente grande, isto pode ser suposto pelo fato de que apenas 25% dos entrevistados conhecem o Parque Ecológico, como já foi citado. (Figura 24).

No que se refere aos tipos de atividades que gostariam de desenvolver no Parque Ecológico as pessoas tiveram a noção de que contemplar a natureza está associado ao lazer. Assim, foram definidas quatro categorias de atividades: (1) Lazer/Recreação; (2) Esporte; (3) Educação Ambiental e (4) Lazer. O item referente a Lazer e Recreação apresentou um maior índice, sendo a atividade “caminhada” a mais sugerida pelos entrevistados. (Figura 25).

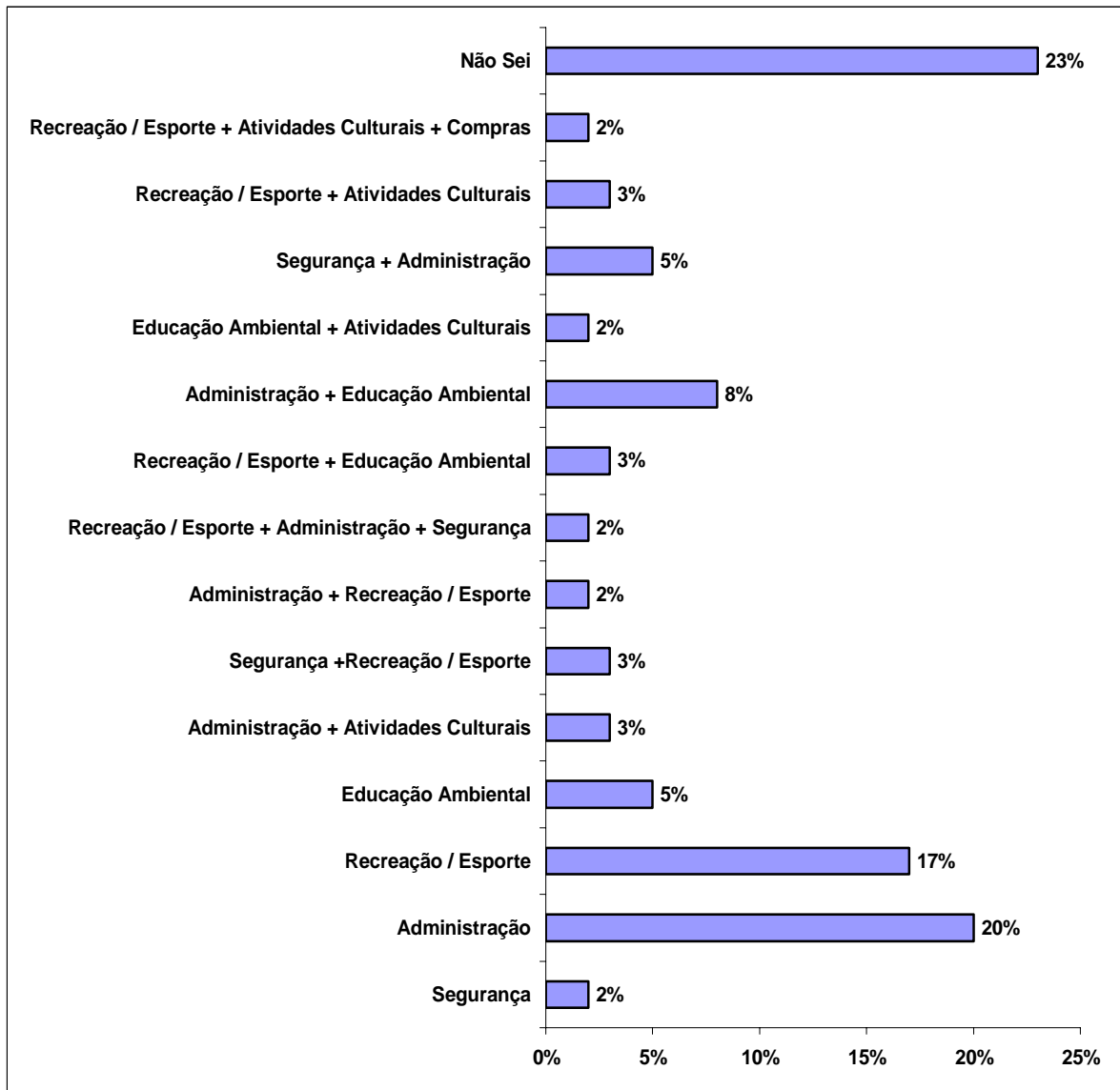


Figura 24: Frequência percentual do que deve ser feito para que o Parque Ecológico seja mais atrativo na visão dos entrevistados.

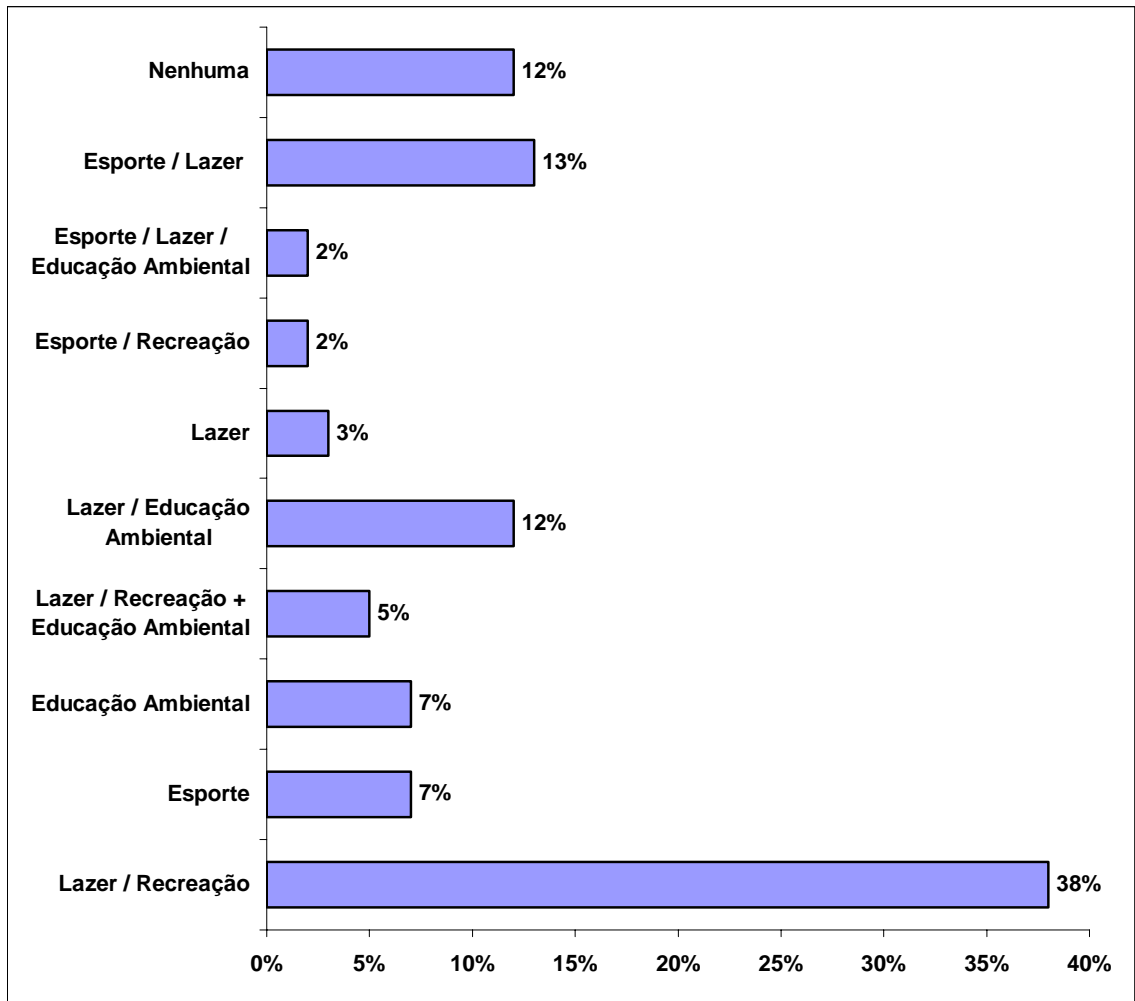


Figura 25: Frequência percentual das atividades que os entrevistados gostariam de desenvolver no Parque Ecológico do Guará.

No que se refere ao macro-indicador Participação na Gestão do Parque Ecológico do Guará, 80% dos entrevistados afirmou não participar de ação em defesa do meio ambiente. Dos 20% que afirmaram participar, alguns o fazem de forma direta na defesa do meio ambiente, de forma isolada ou como agentes modificadores através do ensino.

Quando perguntados se participariam de ações para melhoria do Parque Ecológico, 78% afirmaram que sim e 22% não. Dos que participariam, 85% seria através de educação ambiental, inclusive na ministração de palestras sobre conservação do meio ambiente. Quatro por cento participaria de ações de fiscalização e 11% atuaria em ambas ações. No que se refere à

participação junto ao governo de assuntos ligados à questão ambiental, 90% acredita que é importante haver esta participação da comunidade e apenas 10% acha que não é importante.

Quando questionados a respeito do que precisa ser feito para que o Parque Ecológico do Guará funcione como um verdadeiro Parque Ecológico, as respostas foram agrupadas em seis categorias: (1) Infra-estrutura; (2) Infra-estrutura e Administração; (3) Segurança; (4) Divulgação; (5) Vontade Política e (6) Participação da Comunidade. (Figura 26).

Percebe-se a necessidade da interação dos vários atores envolvidos: governo, administração e comunidade. Várias pessoas enfatizaram a necessidade de divulgação do Parque. Também relataram a necessidade de uma efetiva segurança no mesmos. Esses itens foram considerados essenciais para uma parcela dos entrevistados.

Ressalta-se ainda que sem a devida percepção da importância do Parque e sem uma efetiva pressão da comunidade, a implementação do Parque do Guará dificilmente ocorrerá, tendo em vista que o mesmo foi criado há dez anos e ainda não foi implementado. Conforme visto anteriormente, a população demonstrou aceitar participar da gestão do Parque, estando dispostos a auxiliar na fiscalização, limpeza, divulgação e conscientização ambiental. Isso demonstra o interesse comunitário pelo efetivo funcionamento do Parque.

Quando questionados a respeito da contribuição voluntária em dinheiro para melhoria do Parque, muitos estão dispostos a contribuir, embora a maior parte entenda que isto é um dever do Governo tendo em vista a quantidade de impostos já pagos pelo cidadão. (Figura 27).

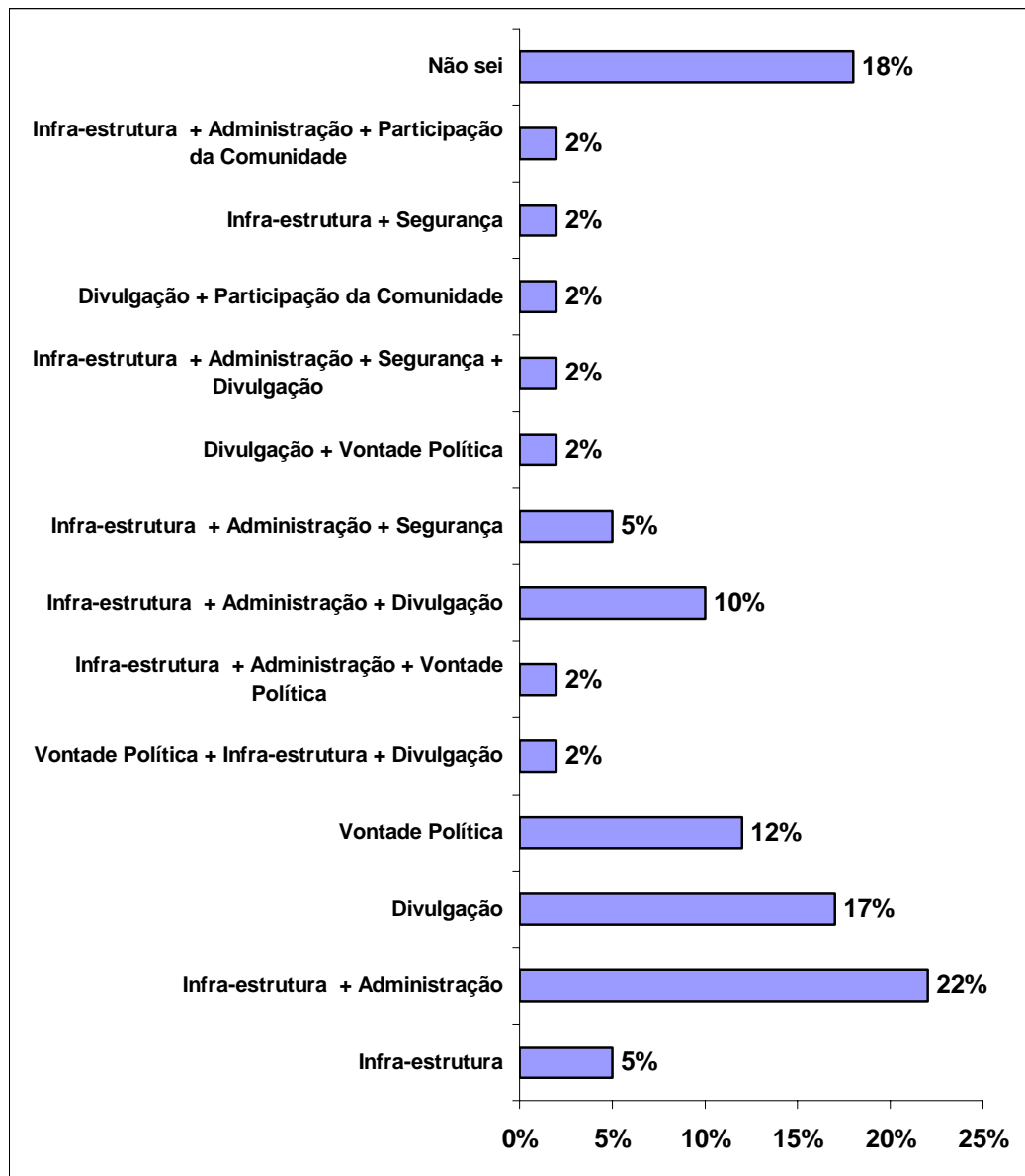


Figura 26: Frequência percentual da opinião dos entrevistados sobre o que deve ser feito para que o Parque Ecológico do Guará funcione efetivamente.

Também foi perguntado aos moradores do Guará, se em seu lazer esses praticavam alguma atividade junto à natureza. Por volta de 47% pratica atividades de lazer junto à natureza e 53% não pratica. Dos que afirmaram praticar, as respostas foram agregadas em seis categorias: (1) Caminhada/Corrida; (2) Natação; (3) Pescaria; (4) Observação da natureza; (5) Esportes de Aventura e (6) Outras atividades. As atividades de caminhada/corrida estão entre as mais praticadas (54%) estando também agregadas a outras atividades. (Figura 28).

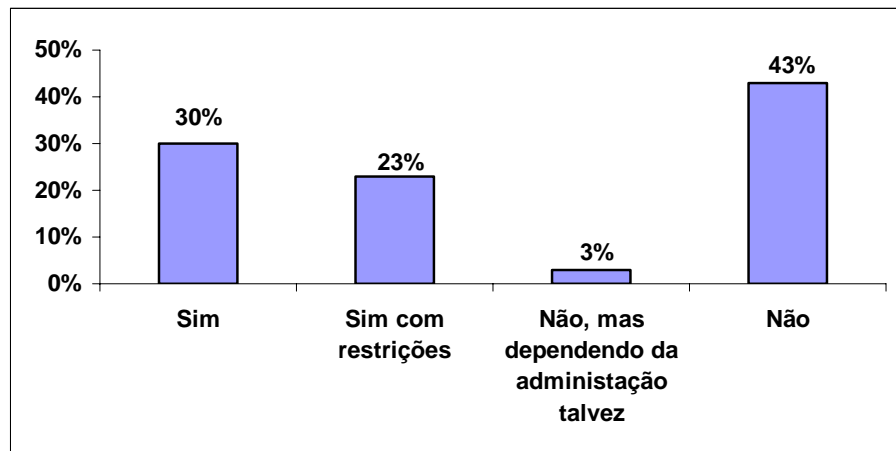


Figura 27: Frequência percentual da disposição dos entrevistados em dar uma contribuição voluntária em dinheiro para melhorar as condições ambientais do Parque Ecológico do Guará.

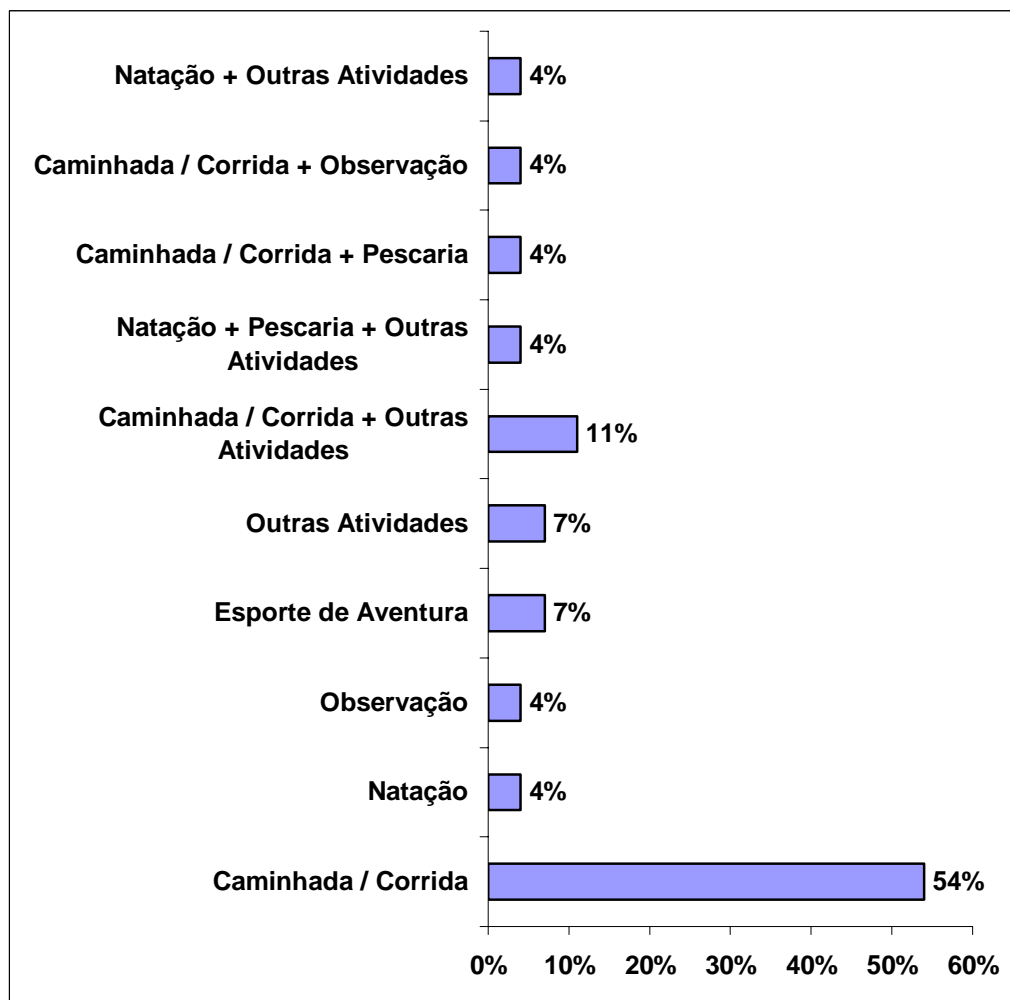


Figura 28: Frequência percentual das atividades de lazer que os entrevistados praticam junto à natureza.

Finalizando as questões do questionário, houve a preocupação de se mensurar a qualidade de vida do entrevistado. Assim, foi formulada a questão que pedia a definição do que é viver bem. As respostas atingiram os mais variados padrões e foram agregadas em três categorias principais: (1) Espiritual; (2) Material e (3) Mental. Na categoria Espiritual foram agregadas os valores Paz, Harmonia, Amor e Felicidade. Na categoria Física foram agrupadas as respostas relacionadas a Moradia, Emprego, Saúde, Dinheiro, Alimentação e Segurança. Na categoria Mental representou-se os dados referentes a Educação, Lazer, Amigos e Contato com a Natureza. (Figura 29).

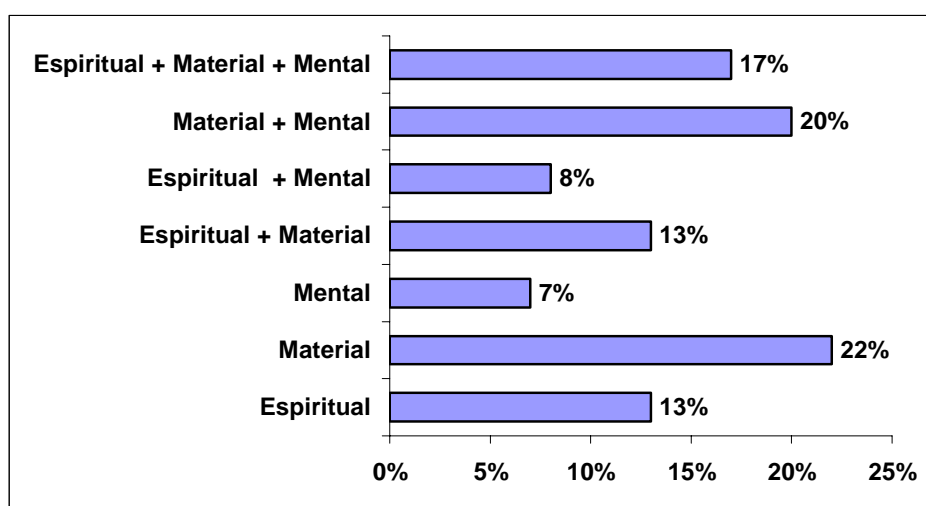


Figura 29: Frequência percentual da definição de Qualidade de Vida apontada pelos entrevistados.

Analisando os dados coletados percebe-se que a comunidade anseia pela efetiva implementação do Parque Ecológico e que esta área é valorizada pela população, visto que muitos gostariam de trabalhar como voluntários e até mesmo contribuiriam com dinheiro para melhorar a suas condições. A comunidade ainda se mostra relativamente passiva, esperando ações apenas do Poder Público, sendo que não há uma mobilização social intensa no sentido de pressionar os governantes para as tomadas de atitudes necessárias à sua efetivação.

Fica claro que existiu mais vontade política para estabelecer o Parque do que para manejá-lo, pois criar um Parque é uma ação altamente visível, que chama a atenção da opinião pública. Contudo, cobrar a verba destinada para o manejo e implementação do Parque, nem sempre.

A vontade política acaba sendo uma consequência direta do nível de educação pública, especialmente da qualidade e profundidade da educação ambiental. Um baixo nível de educação ambiental da população pode ser refletido em uma vontade política fraca. O movimento das ONGs é essencial para conscientizar a população nesse tipo de campanha onde o sucesso está ligado inclusive ao apoio na mídia de massa.

As cidades possuem uma função ambiental que justifica a sua própria existência: efetivar o bem-estar dos habitantes e o meio ambiente ecologicamente equilibrado. A cidade cumpre essa função quando promove a existência de áreas verdes e equipamentos públicos, espaços de lazer e cultura, transporte público, esgoto sanitário, água tratada, iluminação e pavimentação das vias. Para garantir a função ambiental da cidade, cabe ao Poder Público e à coletividade a tarefa de defesa e preservação do meio ambiente.

O controle popular é um instrumento que possibilita a participação direta do cidadão no Poder Público. Assim, a construção da cidade ecologicamente equilibrada depende da educação ambiental e da conscientização pública para a conservação do meio ambiente e da qualidade de vida (ROCHA, 1999).

A participação da comunidade local para a efetiva implementação do Parque Ecológico do Guará se faz fundamental.

5.1.2. Caracterização Físico-biótica do Parque

Em uma terceira etapa, foram coletadas medições em UTM (Universal Transverso de Mercator) dos pontos da Poligonal do Parque Ecológico e da Reserva Ecológica. Estes dados foram lançados no programa *Arcview GIS 3.2*, um Sistema de Informações Geográficas, para a elaboração do mapa das áreas do Parque e da Reserva. Em seguida, o mapa elaborado foi utilizado para comparação entre a área expressa no Plano Diretor de Ordenamento Territorial e a expressa nos decretos de criação das unidades de conservação.

Em seguida, elaborou-se um mapa com a Bacia Hidrográfica na qual o Parque e a Reserva estão inseridos, analisando o quanto a vegetação presente no Parque e na Reserva são importantes para a manutenção da bacia hidrográfica. Avaliou-se também a influência que as Regiões Administrativas inseridas na bacia hidrográfica causam a ela. Foi feita ainda uma

comparação do uso e ocupação do solo na área do Parque e da Reserva Ecológica nos anos de 1953 e 1999, observando-se as mudanças ocorridas.

5.1.2.1 Resultados e Discussão

A área do Parque Ecológico conforme o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT)³ é de 514.5 hectares. Após medição com as coordenadas UTM presentes no seu Decreto de criação, verificou-se que a área real é de 259.0 hectares. Assim, a área real do Parque equivale a 50,3% da área expressa no PDOT. A área da Reserva Ecológica segundo o PDOT é de 202,3 hectares. Após medição com as coordenadas UTM expressas no seu Decreto de criação, verificou-se que a sua área real é de 145,5 hectares, equivalendo a 72% da área expressa no PDOT. (Figura 30).

Reserva Ecológica do Guará e Parque Ecológico Ezequias Heringer Sobreposição da Poligonal PDOT X Decretos de Criação das Unidades de Conservação

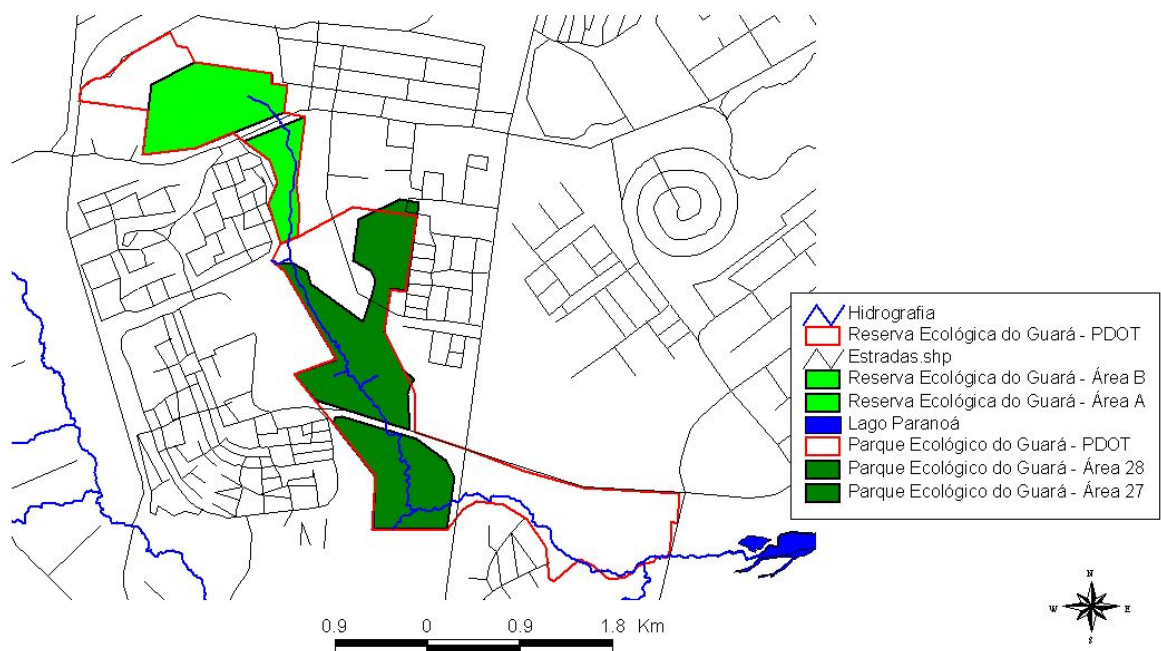


Figura 30: Comparação da área do Parque e da Reserva apresentada na Poligonal e no PDOT.

³ **Plano Diretor de Ordenamento Territorial:** Plano elaborado pelo Governo que aborda questões referentes ao Uso e Ocupação do Solo, Parcelamento do Solo, Sistema de Planejamento, Programas Prioritários, Instrumentos de Política Urbana e Zoneamento funcional dos espaços das cidades.

A Região Administrativa do Guará possui 4.453,6 hectares. O Parque Ecológico ocupa 5,81% da área total da R.A e a Reserva Ecológica ocupa 3,26%. A figura 31 apresenta a imagem de satélite do Guará. Apenas 9,06% de sua área total corresponde a vegetação e este percentual se refere ao Parque e à Reserva Ecológica. A vegetação está mais preservada na Reserva Ecológica, quando comparada com o Parque. Observa-se que o Córrego Guará nasce na área da Reserva Ecológica.

A seta na imagem indica a localização da lagoa de estabilização de esgoto presente na área 28 do Parque. De acordo com a CAESB, esta está desativada desde 1993. Desde então, não houve uma avaliação dos impactos causados, nem da contaminação residual presente na área. Esta avaliação será feita pela CAESB no segundo semestre de 2004 onde serão analisados o PH, a concentração de nitrato, de coliformes e de ovos de helmintos na área da lagoa.

Reserva Ecológica do Guará e Parque Ecológico Ezequias Heringer

Imagem de Satélite SPOT 2003



Figura 31: Imagem do Guará com a Reserva e o Parque Ecológico

Segundo entrevista com responsável técnico da CAESB, ainda não há dados de quanto tempo esta lagoa de estabilização levaria para não causar mais riscos, visto que isto varia e tem relação direta com o tipo de solo e de vegetação presentes na lagoa, com a carga de esgoto recebida e com o tempo de recebimento dos detritos. Há uma solicitação da NOVACAP para que a lagoa desativada funcione como amortecedora de galeria de águas fluviais, amenizando a força da água da chuva que chega até o Córrego Guará e que tem causado erosão.

A área da Bacia Hidrográfica do Córrego Guará (figura 32) apresenta 3.575,9 hectares. O Parque Ecológico ocupa 7,24% da área da Bacia e a Reserva Ecológica ocupa 4,06%. Observa-se que dentro da área da Bacia Hidrográfica, o único registro de vegetação presente está no Parque Ecológico e na Reserva Ecológica, sendo assim fundamentais para a manutenção dos recursos hídricos na região. Há que se considerar que a baixa quantidade de oxigênio na água do Córrego Guará traz maior necessidade de preservar a vegetação na bacia hidrográfica.

Reserva Ecológica do Guará e Parque Ecológico Ezequias Heringer Bacia Hidrográfica do Córrego Guará

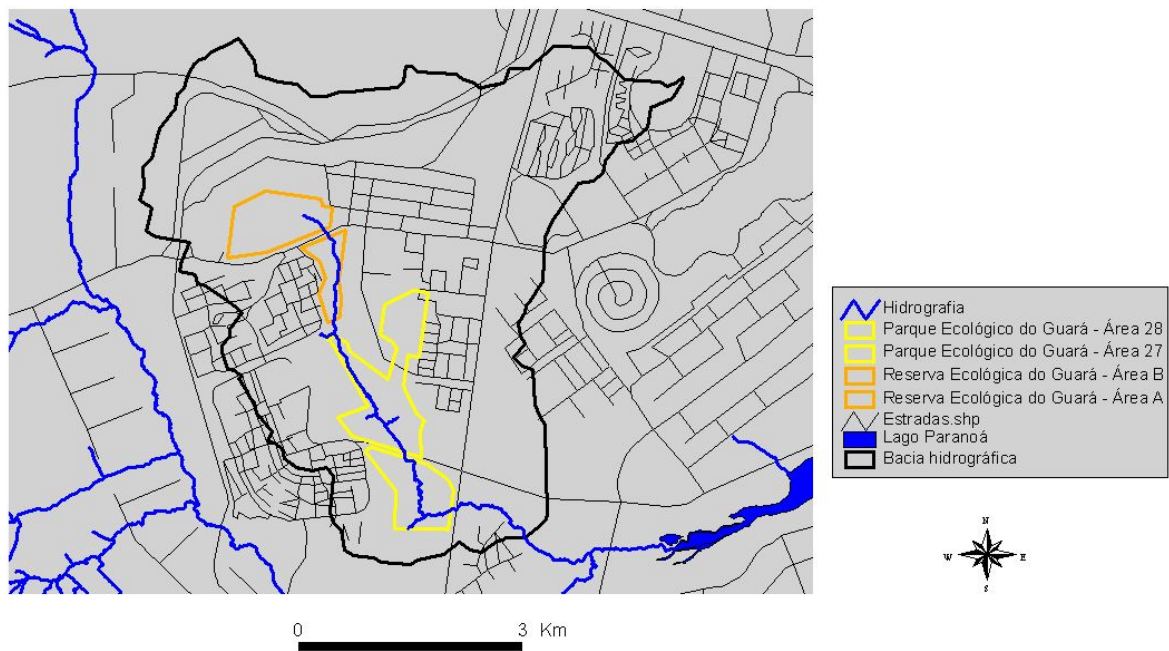


Figura 32: Representação da Bacia Hidrográfica do Córrego Guará e a relação com o Parque e Reserva

A Bacia Hidrográfica do Córrego Guarά sofre influência de seis Regiões Administrativas do Distrito Federal: Guarά, Cruzeiro, Sudoeste, Brasília, Candangolândia e Núcleo Bandeirante. (Figura 33).

Reserva Ecológica do Guarά e Parque Ecológico Ezequias Heringer Regiões Administrativas na Área da Bacia Hidrográfica

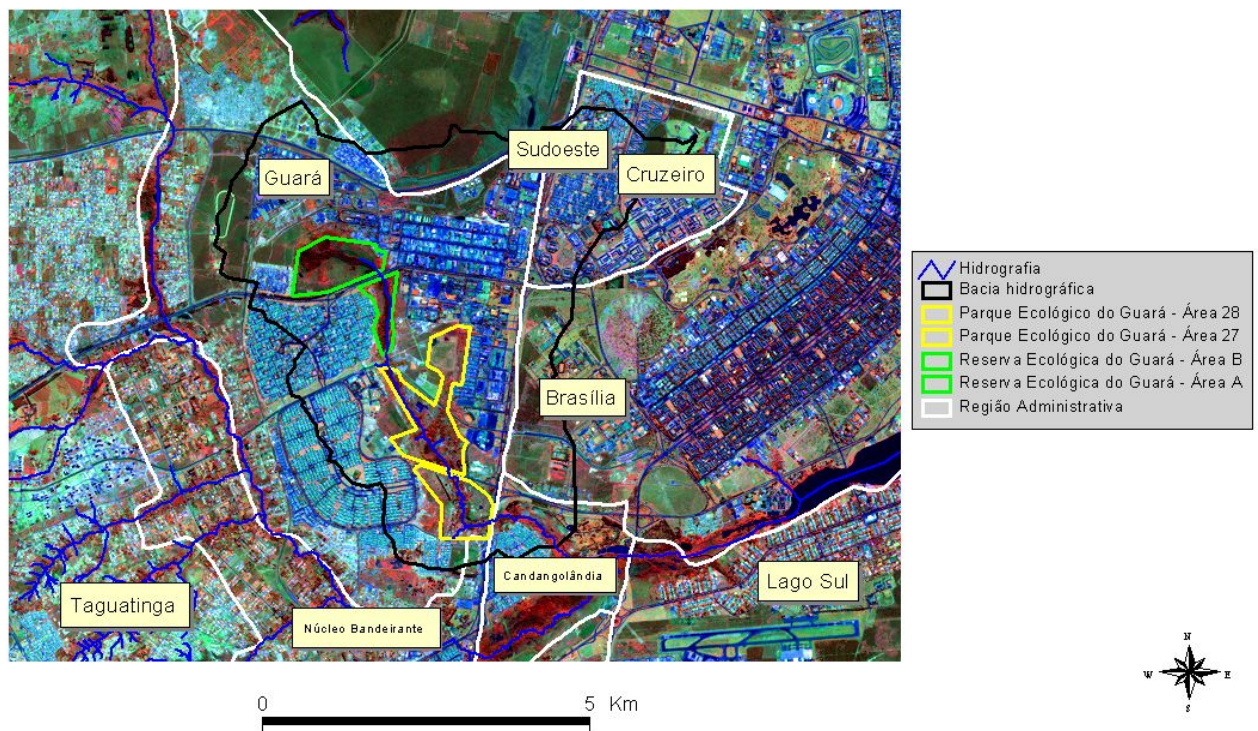


Figura 33: Regiões administrativas integrantes da bacia hidrográfica do Córrego Guarά

Segundo dados da CODEPLAN em seu anuário estatístico de 2000, residem na área urbana das RAs influentes da Bacia, 467.515 habitantes. Materiais e resíduos destas cidades são transportados para a Bacia Hidrográfica e chegam ao Córrego Guarά, sendo este um córrego urbano altamente poluído. As únicas áreas que agem como um filtro para mitigar a poluição são a Reserva e do Parque Ecológico, que totalizadas representam apenas 11,3% da área total da Bacia Hidrográfica.

O uso e a ocupação do solo no Parque e na Reserva se alteraram significativamente nos últimos anos. Em 1953 a área 28 do Parque Ecológico apresentava cinco polígonos de

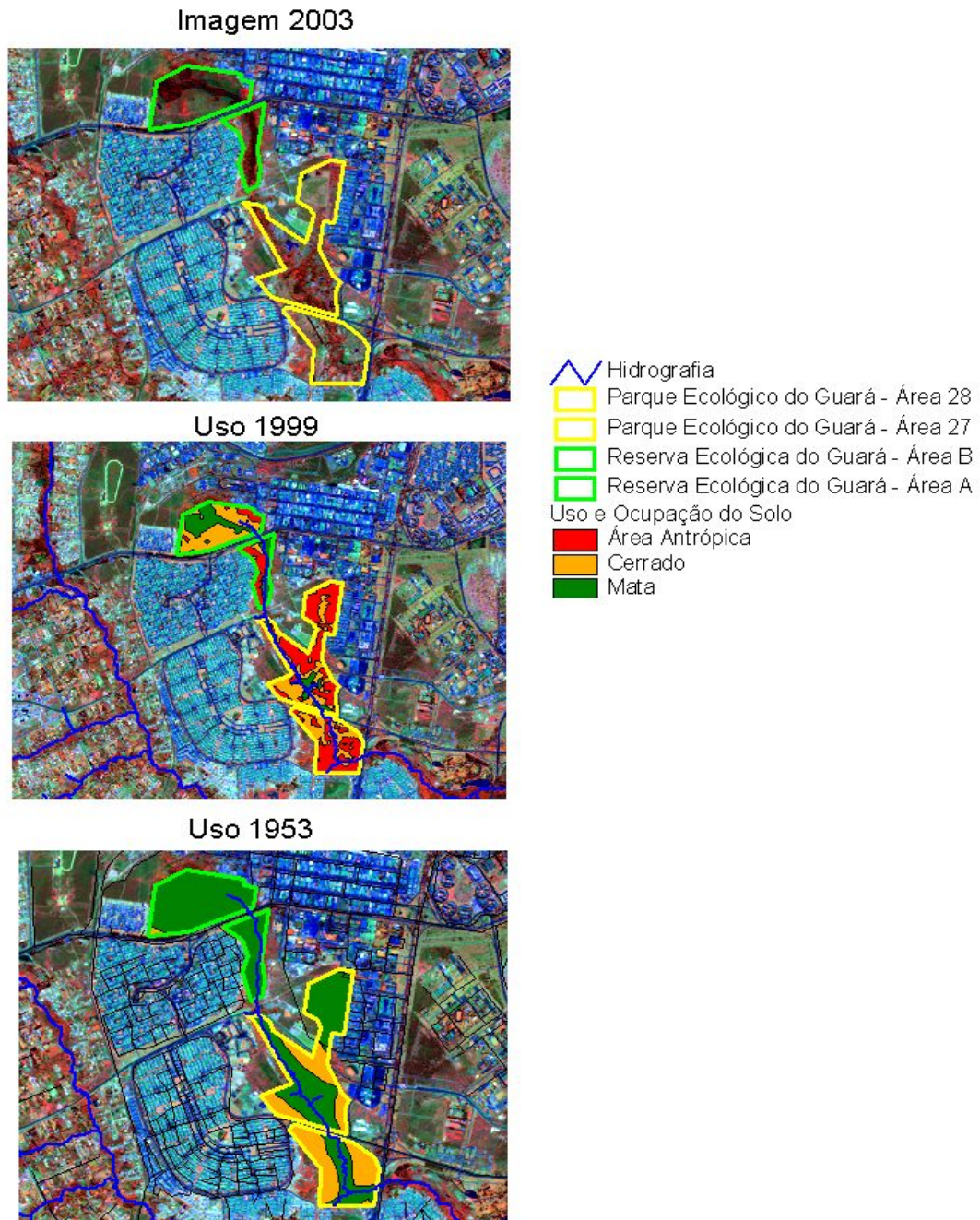
Cerrado, totalizando 45,6 hectares e dois polígonos de Mata totalizando 121,7 hectares. A área 27 apresentava três polígonos de Cerrado totalizando uma área de 56,2 hectares e um polígono de Mata de 35,6 hectares. Em 1953, a Reserva Ecológica detinha na Área A 40,3 hectares de Mata e na Área B 102,7 hectares de Mata e 2,5 hectares de Cerrado.

Em 1999, a área 28 do Parque Ecológico apresentou **22 polígonos de Cerrado**⁴, (grande fragmentação na vegetação decorrente do aumento do uso antrópico quando se comparado ao que havia em 1953) totalizando 59,2 hectares; quatro polígonos de Mata totalizando 14,1 hectares e 13 polígonos de área antrópica totalizando 93,9 hectares. A área 27 apresentou em 1999 oito polígonos de Cerrado totalizando 34,0 hectares e três polígonos de área antrópica totalizando 57,8 hectares. A Reserva Ecológica apresentou na área A 22,1 hectares de uso antrópico, 3,6 hectares de Cerrado e 14,7 hectares de Mata. A Área B apresentou 13,4 hectares de uso antrópico, 60,5 hectares de Cerrado e 31,3 hectares de Mata.

A figura 34 traz uma imagem de satélite do uso e ocupação do solo na área do Parque e da Reserva Ecológica em 2003. Em seguida, há a representação das mudanças ocorridas nas áreas em 1953 e 1999, onde percebe-se maior densidade de Mata na área B da Reserva Ecológica, região nascente do Córrego Guará.

⁴ Cerrado presente no Distrito Federal em 1953, antes da construção de Brasília.

Reserva Ecológica do Guará e Parque Ecológico Ezequias Heringer
Evolução do Uso e Ocupação do Solo



5

Figura 34: Uso e ocupação do solo no Parque e da Reserva Ecológica em 1953 e 1999.

⁵ Utilizou-se a imagem de satélite SPOT em todos os anos apenas como referência base para a localização da Reserva e do Parque Ecológico.

Analisando o uso e a ocupação do solo em 1999 (figura 34), ressalta-se o quanto o uso antrópico danificou o ecossistema, devido ao crescimento urbano e às consequências da própria ação do homem no local, restando manchas isoladas do Cerrado e de Mata. A principal medida a ser tomada para uma efetiva restauração do Parque Ecológico é a recuperação da Mata original que havia em 1953, possibilitando a reconstituição do ecossistema, protegendo a Mata ciliar e proporcionando a reintrodução da fauna nativa do Cerrado.

Observando a figura 35, percebe-se a dimensão do uso antrópico na área do Parque Ecológico.

Reserva Ecológica do Guará e Parque Ecológico Ezequias Heringer Uso e Ocupação do Solo 1999

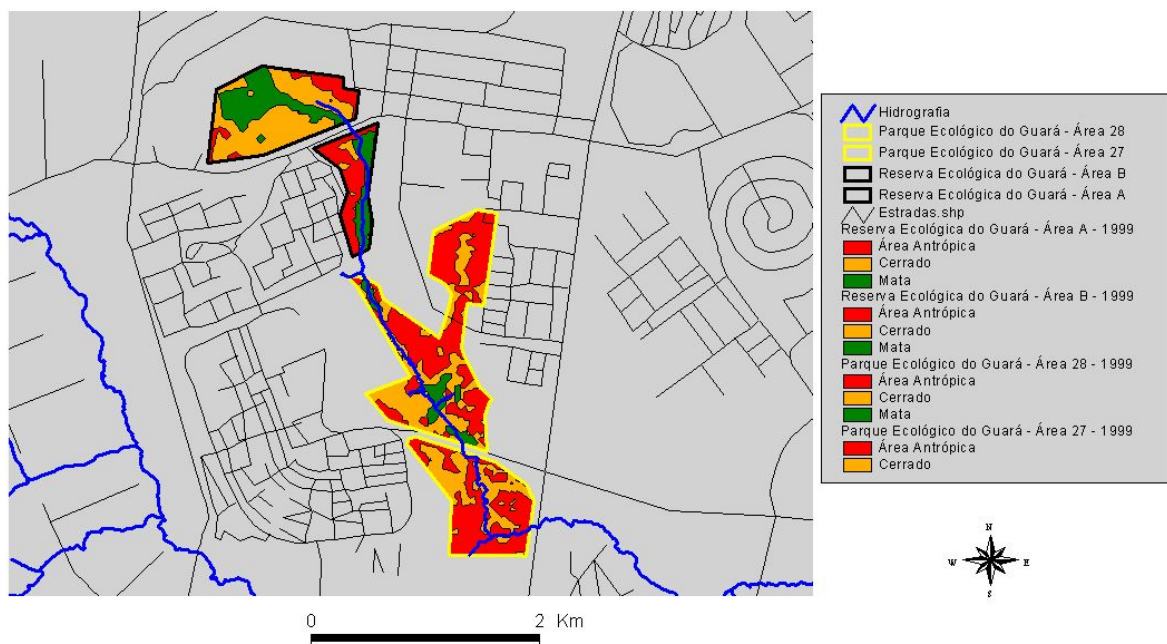


Figura 35: Uso e ocupação do solo no Parque e na Reserva em 1999.

As figuras 36 a 40 expressam a representação gráfica das mudanças ocorridas respectivamente na área total (Parque e Reserva); na área integral da Reserva Ecológica; na área integral do Parque e nas áreas 27 e 28 do Parque isoladamente, nos anos de 1953 e 1999. Percebe-se que as mudanças ocorridas seguiram um determinado padrão, onde houve uma ampla

diminuição da Mata original com pequeno aumento da fitofisionomia de Cerrado e elevado uso antrópico.

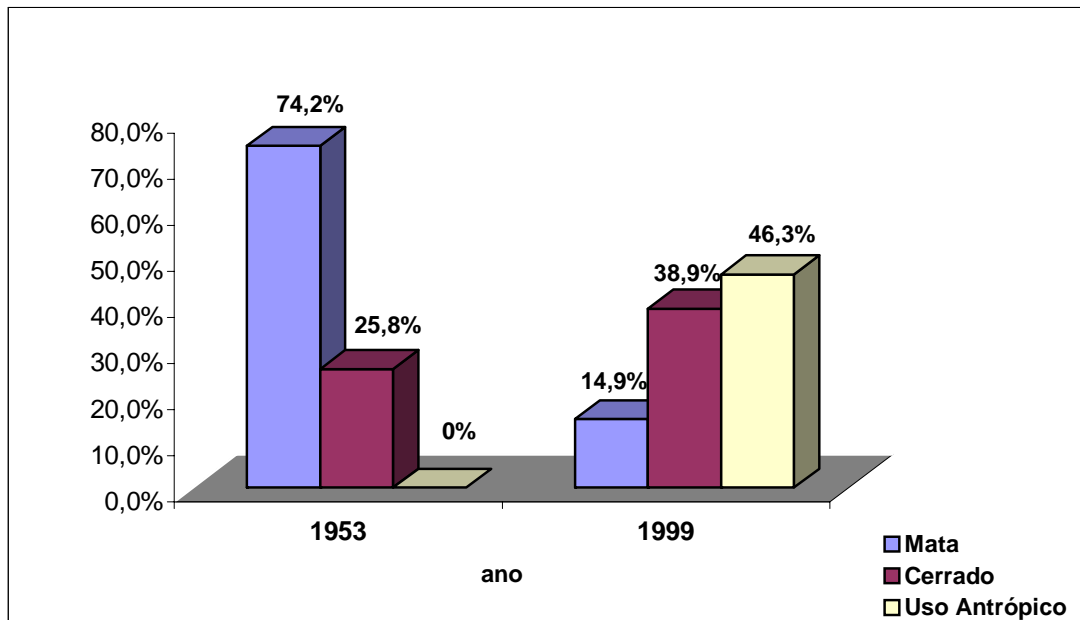


Figura 36: Representação das mudanças ocorridas na área total (Parque e Reserva) nos anos de 1953 e 1999.

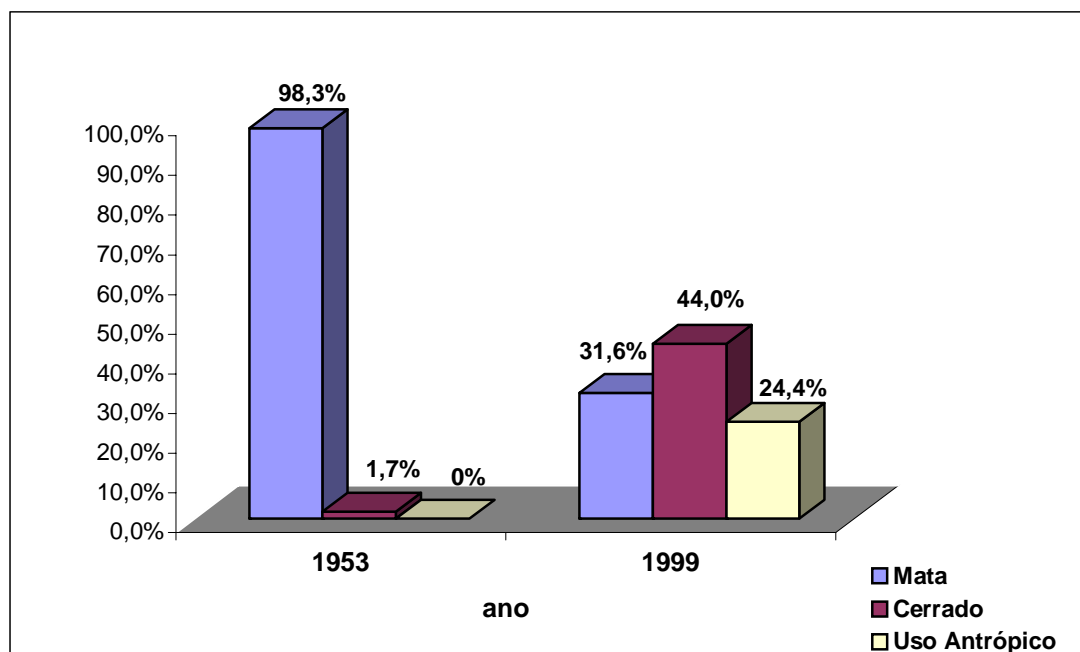


Figura 37: Representação das mudanças ocorridas na Reserva Ecológica nos anos de 1953 e 1999.

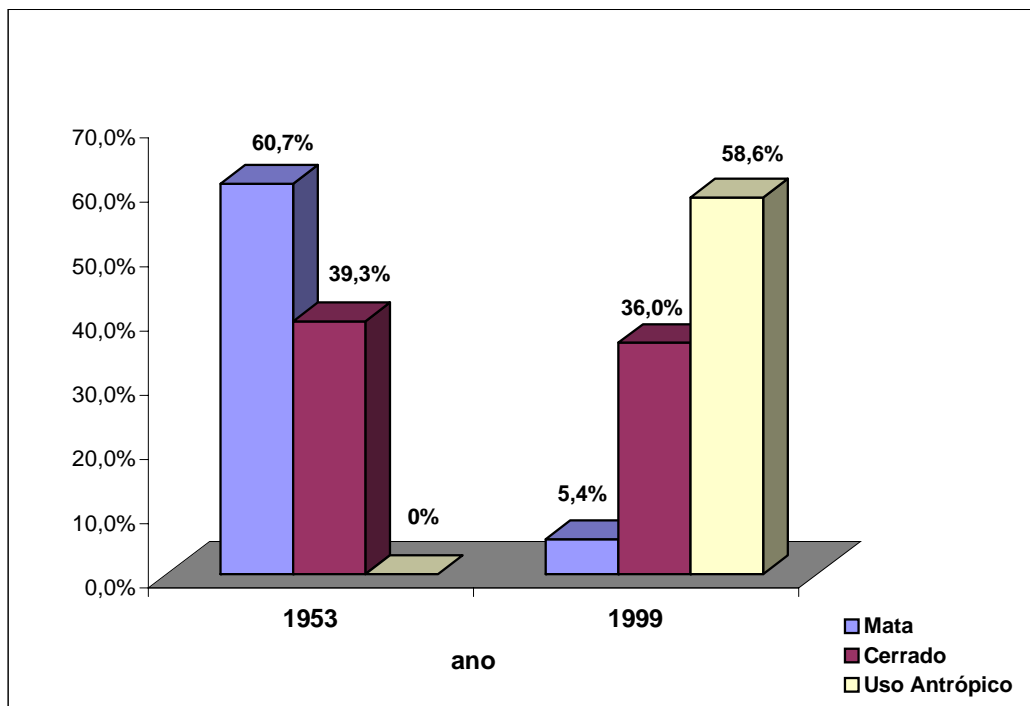


Figura 38: Representação das mudanças ocorridas no Parque Ecológico nos anos de 1953 e 1999.

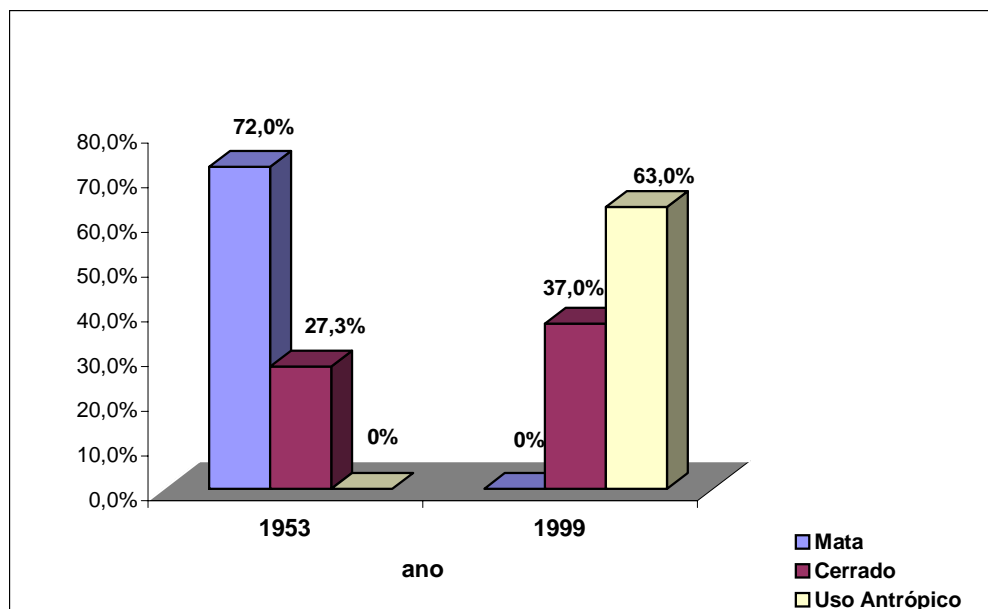


Figura 39: Representação das mudanças ocorridas na Área n°. 27 do Parque Ecológico nos anos de 1953 e 1999.

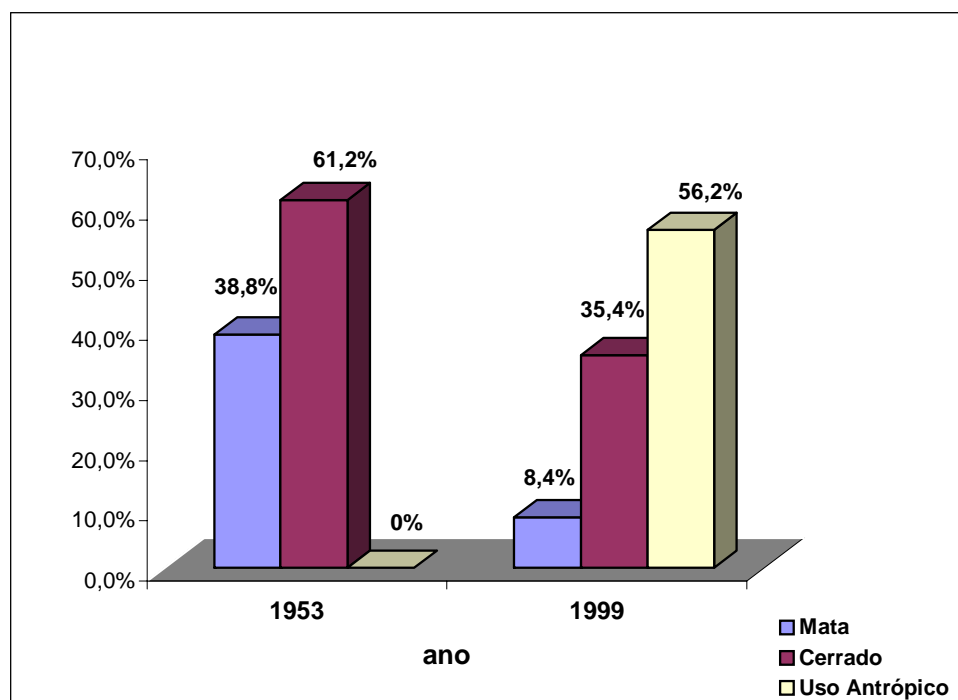


Figura 40: Representação das mudanças ocorridas na Área nº. 28 do Parque Ecológico nos anos de 1953 e 1999.

5.1.3 Análise crítica do Plano Diretor proposto para o Parque Ecológico do Guará

Após leitura do que foi proposto no Plano Diretor para o Parque Ecológico e a partir dos resultados obtidos, foi possível analisar se a proposta do Plano Diretor ainda é válida para os dias atuais, uma vez que o nível de ocupação da área, degradação e complexidade diferem das condições de 11 anos atrás.

Vale ressaltar que neste trabalho é adotada a terminologia Plano de Manejo, uma vez que é este o termo adotado pelo SNUC, como instrumento dentro de unidades de conservação, já que, conforme a Lei Complementar nº. 265/99, os Parques Ecológicos são considerados unidades de conservação de uso sustentável. Inclusive o termo Plano de Manejo é citado nesta mesma Lei Complementar do DF.

Como visto no Quadro 01, o Parque Ecológico foi dividido em quatro setores ambientais e sobreposto a estes setores foram propostas oito zonas de uso e ocupação.

Segundo a Lei Complementar nº. 265/99, os planos de manejo para os parques do Distrito Federal devem possuir no mínimo três zonas: zona de conservação, zona de recuperação e zona de atividades múltiplas.

O Setor de preservação com recuperação progressiva (I-A e I-B) propôs preservar e revegetar apenas a faixa de Mata ciliar presente em 200m de largura do Córrego Guará. O ideal seria que se propusesse uma recuperação não só na área da Mata ciliar, mas que se procurasse recuperar ao máximo toda a área do Parque Ecológico, procurando, dentro do possível, retornar ao que era apresentado em 1953.

A instalação de churrasqueiras, ginásio coberto, 01 campo de futebol, 32 quadras polivalentes, 04 quadras de tênis, 06 quadras de peteca, 04 paredões de tênis, pista de skate, 14 módulos de visitantes, praça de vivência, praça de eventos, anfiteatro coberto para 3.000 mil pessoas, restaurantes para 120 pessoas, escola de educação ambiental, museu, teatro de arena, bicicletário, parques infantis, equipamentos esportivos e recreacionais, deixa claro o uso do Parque está sendo a atividade prioritária sugerida no Plano Diretor.

Finalmente, cabe considerar, para análise do Plano Diretor do Parque, o que este representa, em conjunto com a Reserva Ecológica, em relação à bacia hidrográfica. Sabe-se que o Córrego Guará está poluído e que as únicas áreas contínuas de vegetação natural estão dentro dessas duas unidades. Ou seja, apenas 13% da bacia está preservada. Considerando que a ocupação antrópica na bacia é de cerca de 470.000 pessoas, que contribuem de diversas maneiras para degradar a área de influência da bacia, fica evidente que o Plano Diretor tem que ser revisto, considerando o papel estratégico que tem na bacia, para manutenção dos ecossistemas terrestres e aquáticos e para a população em geral.

6. CONCLUSÃO

Os parques urbanos são importantes para a manutenção da qualidade de vida ambiental e social das cidades, pois com o crescimento destas, os habitantes se enclausuraram num ambiente construído separando-se do ambiente natural.

Quando os parques urbanos são destinados a áreas de lazer, há um interesse geral quanto a sua criação, porém quando se destinam à conservação de espécies nativas, este assunto se torna controverso.

No caso estudado, ficou compreendido que a comunidade vê o Parque Ecológico do Guará como um aliado na manutenção da qualidade de vida na cidade, valorizando a sua existência, embora haja um processo participativo deficiente da comunidade local. Poucos moradores conhecem o Parque Ecológico o que mostra a necessidade de divulgação por parte dos administradores. É importante ressaltar que já existem alguns grupos organizados empenhados na cobrança junto ao governo para a implementação do Parque, mas estes grupos não contam ainda com um grande apoio dos moradores locais.

O Plano Diretor proposto para o Parque em 1993 enfatiza o seu uso, dando prioridade a ações culturais, esportivas e de lazer; procurando preservar efetivamente apenas a mata de galeria do Córrego Guará.

A Lei Distrital nº. 265/99 enquadra os parques ecológicos e de uso múltiplo, na mesma categoria de **unidades de uso sustentável**, onde segundo a Lei, deve haver proteção parcial dos atributos naturais e é admitida a exploração de parte dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentável.

Tais conclusões remetem a algumas recomendações:

(1) Para que haja a efetiva implementação do Parque Ecológico do Guará, é necessário envolver a população local através de uma mobilização nas escolas, associações de bairro, líderes comunitários, etc. A comunidade precisa compreender o seu papel na sociedade e valorizar a preservação da fauna e da flora, pois é assim que se pode proteger o hábitat das espécies sobreviventes, mesmo quando este hábitat estiver em malha urbana. Há necessidade de conhecimento e conscientização da importância do ambiente natural através de um processo educativo.

(2) Os órgãos governamentais responsáveis por parques e especificamente responsáveis pelo Parque Ecológico do Guará, deveriam propor um novo Plano Diretor participativo, ouvindo opiniões de especialistas e da comunidade. Este Plano deveria priorizar a questão ambiental do Parque, pois este, juntamente com a Reserva Ecológica, apresenta uma função importantíssima na proteção dos recursos hídricos da bacia hidrográfica, sendo fundamentais na manutenção da integridade e qualidade de vida urbana.

(3) Deveria haver uma pressão por parte do Ministério Público do Distrito Federal, para que houvesse a compensação ambiental para o Parque por parte da empresa construtora do Metrô – DF (prevista em resolução do CONAMA) devido a este transpassar área do Parque e causar impactos à região. Com esta compensação, haveria recursos para a formulação de um novo Plano Diretor mais adequado à realidade e às condições atuais do Parque, bem como para a sua implementação.

(4) É necessária uma mobilização política para a retirada dos moradores e invasores residentes no Parque Ecológico, visando garantir a recuperação de sua área e diminuição dos impactos (desmatamentos, poluição, abertura de estradas, incêndios, introdução de animais, etc.) causados diretamente por estes.

(5) O principal objetivo de um Parque Ecológico deve ser a recuperação da Mata, a revegetação do Cerrado e a proteção aos recursos hídricos. Secundariamente, deve abranger o uso e o lazer, através de um estudo detalhado de seus ecossistemas. Os dados mostram que o Parque e a Reserva Ecológica tem papel fundamental na bacia hidrográfica do Córrego Guará. Estes constituem a única área contínua de vegetação nativa, a qual representa apenas 13% de toda a área da bacia. Este percentual garante a proteção aos sistemas naturais e aos recursos hídricos dos impactos que 470.000 pessoas exercem na área da bacia do Córrego Guará. Assim, a lei não deve tratar de forma igualitária (como unidades de uso sustentável) os Parques de Uso Múltiplo e os Ecológicos, tendo em vista os objetivos e as funções exercidas por cada um deles. Os Parques Ecológicos, situados em ambientes urbanos e fundamentais para a manutenção dos ecossistemas e do equilíbrio do meio natural (como o Parque Ecológico Ezechias Heringer), deveriam estar inclusos em uma categoria de unidade de conservação mais restritiva, mas que também permita o usufruto consciente (e não a exploração) de determinadas áreas desta unidade, sendo o uso do parque uma questão secundária importante, mas não a essencial. Assim, a Lei Distrital nº 265/99 deveria reavaliar os objetivos e as permissões adotadas para os Parques Ecológicos do Distrito Federal.

(6) Estabelecimento de parcerias do Parque Ecológico com instituições de ensino, fundações ambientalistas e empresas que poderiam auxiliar na manutenção do Parque e contribuir para o aumento da conscientização ambiental junto à comunidade.

Em suma, a sustentabilidade urbana envolve interesses, motivações e necessidades urgentes no século XXI. Mudanças são necessárias para se alcançar a qualidade de vida no ambiente das cidades e um conjunto de fatores que se interligam e se interdependem devem trabalhar em prol de uma cidade sustentável. Isto garantirá uma maior conservação do ambiente e uma maior satisfação no viver de cada cidadão.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELL, M. **The Urban Question: A Marxist Approach**. Edward Arnold. 1977. 500p.

CEVER, F.A. **A Wold of Environmental Desing (Urban Spaces)**. Barcelona; Streetsand Squares. 1994.250p

DAVENPORT, L. & RAO, M. *A história da proteção: Paradoxos do Passado e Desafios do Futuro*. In TERBORGH, J. et all (org.) **Tornando os parques eficientes – Estratégia para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002. pp 52- 73.

Governo do Distrito Federal - CODEPLAN **Anuário Estatístico de 2000**. CD ROOM

Governo do Distrito Federal - Secretaria de Cultura – Depha. **Patrimônio nas ruas**, 2000.

Governo do Distrito Federal – Secretaria de obras – Coordenadoria Especial do Metrô – SEMATEC. **Plano Diretor do Parque do Guará – Relatório Síntese**. Brasília, 1993.

KLIASS, R.G. **Parques urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini Editora, 1993.

LAKATOS, S & MARCONI, M.A. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.432p.

LYNCH, K. *A Cidade como Meio Ambiente*. In: LYNCH, K. et al. **Cidades: A Urbanização da Humanidade**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1972. pp 207-217.

MACEDO, S.S. & SAKATA, F.G. **Parques urbanos do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2003.

ROCHA, J.C.S. **Função ambiental da cidade: Direito ao meio urbano ecologicamente equilibrado**.São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. 51p.

SANTANA, A.F. *A Mercadoria Verde: A Nova Raridade*. DAMIANI, A. et. Al (org). **Espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Editora Contexto. 2001.pp.177-190.

SANTOS, S.H. **Direito ambiental – unidades de conservação, limitações administrativas**. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2003. 158p.

SCALISE, W. *Parques Urbanos – evolução, projeto, funções e uso*. In: **Revista Assentamentos Humanos**, vol. IV, nº. 01. Marília, SP 2002. p.17-24

SCHAIK, C van & TERBORGH, J. *Porque o mundo necessita de parques*. In TERBORGH, J. et al (org.) **Tornando os parques eficientes – Estratégia para a conservação da natureza nos trópicos**. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002. pp 25-35.

SILVA, L.J.M, **Parques urbanos: a natureza na cidade – uma análise da percepção dos atores urbanos**. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília, 2003. 102p.

SILVA, L.N. **Valoração dos Parques Urbanos de Brasília: o caso do Parque Olhos D'água**. Monografia de Graduação, Centro Universitário de Brasília, Faculdade de Ciências da Saúde. Brasília, 2002. 32p.

SOUZA, A. et al. **A qualidade de vida urbana**. Rio de Janeiro: Zarah. 1984. 101p.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural: Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 1988.454p.

VASCONCELOS, A. **As cidades satélites de Brasília**. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1988. pp 293-323.

Legislações Consultadas:

- Lei Distrital nº. 265/99

- Lei Federal nº. 9.985/2000

- Código Florestal, Lei Federal nº. 4.777

ANEXO 1 – FOTOGRAFIAS DO PARQUE ECOLÓGICO DO GUARÁ



Figura 41: Base da Guarda Florestal.



Figura 42: Centro Administrativo do Parque.



Figura 43: Quadras poliesportivas do Parque Ecológico.



Figura 44: Entulhos trazidos por moradores para dentro do Parque Ecológico



Figura 45: Lagoa de oxidação de esgoto



Figura 46: Lixo nas margens do Córrego Guarã.



Figura 47: ONG plantando mudas de plantas do Cerrado no Parque.

ANEXO 2 – LEI DISTRITAL QUE DISPÕE SOBRE OS PARQUES

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL LEI COMPLEMENTAR Nº 265, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1999

Dispõe sobre a criação de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo no Distrito Federal.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, FAÇO SABER QUE A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I: DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para os fins previstos nesta Lei Complementar, entende-se por:

I - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: espaço territorial delimitado e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público para a proteção da natureza, com objetivos definidos, sob regime específico de administração, aos quais se aplicam garantias de proteção;

II - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: o manejo da biosfera, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a melhoria do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantir a sobrevivência dos seres vivos em geral;

III - RECURSO NATURAL: o solo, as águas, os recursos biológicos ou qualquer outro componente dos ecossistemas, de valor ou utilidade atual ou potencial para o ser humano;

IV - PRESERVAÇÃO: as práticas de conservação da natureza que assegurem a proteção integral dos atributos naturais;

V - MANEJO: o ato de intervir sobre o meio natural, com base em conhecimentos científicos e técnicos, com o propósito de promover e garantir a conservação da natureza;

VI - USO SUSTENTÁVEL: forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente, que garanta a perenidade dos recursos ambientais e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos;

VII - RECUPERAÇÃO: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada a uma condição não degradada, que pode ser diferente de sua condição original;

VIII - RESTAURAÇÃO: restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada o mais próximo possível de sua condição original;

IX - PLANO DE MANEJO: documento técnico que, com base nos objetivos de uma Unidade de Conservação, define o seu zoneamento, orienta e controla o manejo dos seus recursos e a implantação das estruturas necessárias para a gestão da unidade;

X - ZONEAMENTO: processo de definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação, com objetivos de manejo e normas específicos, realizados de acordo com parâmetros gerais da categoria e objetivos gerais da Unidade, visando uma efetiva proteção, manejo e controle da mesma;

XI - ZONA DE TRANSIÇÃO: porção do território e águas jurisdicionais adjacentes a uma Unidade de Conservação, definida pelo Poder Público, submetida a restrições de uso, com o propósito de reduzir impactos sobre a unidade;

XII - UNIDADE DE USO SUSTENTÁVEL: aquela em que haja proteção parcial dos atributos naturais, admitida a exploração de parte dos recursos disponíveis, em regime de manejo sustentável, sujeita às limitações legais;

CAPÍTULO II: DA CRIAÇÃO E DISCIPLINAMENTO DOS PARQUES DO DISTRITO FEDERAL

Art. 2º Os Parques do Distrito Federal são disciplinados de acordo com os dispositivos desta Lei.

Art. 3º Os Parques do Distrito Federal classificam-se em Parques Ecológicos e Parques de Uso Múltiplo e constituem unidades de uso sustentável, instituídos pelo Poder Público, com objetivos e limites definidos.

Art. 4º Os Parques Ecológicos devem possuir áreas de preservação permanente, nascentes, olhos d'água, veredas, Matas ciliares, campos de murunduns ou manchas representativas de qualquer fitofisionomia do Cerrado que abranjam, no mínimo, trinta por cento da área total da unidade.

Art. 5º São objetivos dos Parques Ecológicos:

I - conservar amostras dos ecossistemas naturais;

II - proteger paisagens naturais de beleza cênica notável, bem como atributos excepcionais de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica e histórica;

III - proteger e recuperar recursos hídricos, edáficos e genéticos;

IV - promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação com espécies nativas;

V - incentivar atividades de pesquisa, estudos e monitoramento ambiental;

VI - estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

Art. 6º Os Parques de Uso Múltiplo devem situar-se dentro de centros urbanos, ou contíguos a estes, em áreas de fácil acesso à população, predominantemente cobertas por vegetação, nativa ou exótica.

Parágrafo único. As áreas selecionadas para criação e implantação de Parques de Uso Múltiplo devem possuir infra-estrutura para o desenvolvimento de atividades recreativas, culturais, esportivas, educacionais e artísticas.

Art. 7º São objetivos dos Parques de Uso Múltiplo:

I - conservar áreas verdes, nativas, exóticas ou restauradas, de grande beleza cênica;

II - promover a recuperação de áreas degradadas e a sua revegetação, com espécies nativas ou exóticas;

III - estimular o desenvolvimento da educação ambiental e das atividades de recreação e lazer em contato harmônico com a natureza.

Art. 8º As áreas degradadas situadas no interior dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo serão objeto de recuperação.

Art. 9º Nos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo, é vedada qualquer atividade ou empreendimento, público ou privado, que comprometa as características naturais da área, ou que coloque em risco a integridade dos ecossistemas e da biota local.

Art. 10. Os Parques já existentes serão enquadrados de acordo com a nomenclatura definida nesta Lei.

CAPÍTULO III: DA ADMINISTRAÇÃO, SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 11. Cumprе à SEMATEC, por intermédio do IEMA, supervisionar os Parques Ecológicos e os Parques de Uso Múltiplo do Distrito Federal.

Parágrafo único. Os parques poderão ser administrados pelo IEMA conforme disposto em lei específica.

Art. 12. Cumprе à Administração Regional implantar, administrar e fiscalizar os Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo situados na sua circunscrição territorial, exceto aqueles definidos no parágrafo único do art. 11.

Art. 13. Será constituído um Conselho Gestor para cada Parque, Ecológico e de Uso Múltiplo, composto paritariamente por representantes do Poder Público e da sociedade civil.

§ 1º Nos Parques Ecológicos, será obrigatória a presença de um representante do IEMA/SEMATEC, entre os membros do Poder Público.

§ 2º O Presidente do Conselho Gestor será escolhido pela maioria de seus membros, cabendo a ele o voto de desempate.

Art. 14. Compete ao Conselho Gestor dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo:

I – aprovar os projetos de atividades de recreação, lazer, esporte, educação, cultura e arte a serem desenvolvidas nas zonas de atividades múltiplas dos parques;

II – aprovar os planos de manejo;

III – opinar sobre as atividades a serem desenvolvidas nas zonas de transição;

IV – aprovar proposta de cobrança pelo uso de instalações e de serviços nos parques e o seu valor;

V – opinar sobre propostas de convênios a serem firmados pelo Poder Público com vistas à implantação e conservação dos parques.

Art. 15. O Plano de Manejo de cada Parque Ecológico e de Uso Múltiplo disciplinará o zoneamento, o uso e a ocupação da área.

§ 1º O Plano de Manejo conterá, no mínimo, as seguintes zonas:

I - zona de conservação;

II - zona de recuperação;

III - zona de atividades múltiplas.

§ 2º Nas zonas de atividades múltiplas, são permitidas as atividades de recreação, lazer, esporte, educação, cultura e arte.

§ 3º Os Planos de Manejo serão submetidos à apreciação do IEMA/SEMATEC e aprovados pelo Conselho Gestor.

Art. 16. As áreas circunvizinhas aos Parques Ecológicos são consideradas Zonas de Transição e as atividades aí desenvolvidas devem ser compatíveis com a área protegida, de forma a não comprometer a sua conservação.

Parágrafo único. O órgão ambiental do Distrito Federal regulamentará as atividades permitidas nas Zonas de Transição, caso a caso, ouvido o Conselho Gestor.

CAPÍTULO IV: DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. As organizações não-governamentais podem ter acesso aos recursos do Fundo Único de Meio Ambiente do Distrito Federal (FUNAM), por meio da apresentação de projetos que visem à implantação e manutenção dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo.

§ 1º Os projetos de que trata o *caput* deverão ser submetidos previamente à apreciação do IEMA/SEMATEC.

§ 2º Os critérios para aprovação dos projetos a serem desenvolvidos por organizações não-governamentais com recursos do FUNAM serão definidos pelo Poder Executivo no prazo de noventa dias, contados a partir da publicação desta Lei Complementar.

Art. 18. A utilização de áreas públicas por particulares no interior dos Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo será autorizada, a título precário pelo Poder Público, mediante contraprestação de preço público.

§ 1º As atividades de que trata o *caput* estão condicionadas ao licenciamento ambiental, com a realização de estudos de avaliação de impactos ambientais.

§ 2º A instalação de equipamentos e a concessão de uso de área nos Parques, para atividades de caráter privado, estarão condicionadas à destinação de, no mínimo, cinco por cento do total do custo de implantação do empreendimento para a manutenção da unidade de conservação.

Art. 19. Os empreendimentos instalados em área de Parques Ecológicos e de Uso Múltiplo pagarão, para amortizar os custos de manutenção do respectivo Parque, contribuição mensal pela concessão de uso de área pública, ainda que cedida em caráter provisório.

§ 1º A contribuição de que trata o *caput* será fixada anualmente pela autoridade concedente, calculada pelo mesmo valor de locação do metro quadrado encontrado no mercado para aquela atividade.

§ 2º A contribuição deverá ser recolhida até o quinto dia útil do mês subsequente.

Art. 20. Fica facultada à Administração Regional cobrar dos visitantes pelo uso das instalações ou de serviços no interior de cada Parque Ecológico ou de Uso Múltiplo, com o fim de gerar recursos destinados à manutenção, ampliação e criação de novos serviços e à aquisição de novos equipamentos na unidade.

Parágrafo único. A proposta de cobrança pelo uso de instalações e de serviços no Parque e o seu valor deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Parque.

Art. 21. A receita aferida dos procedimentos citados nos arts. 18, 19 e 20 será destinada exclusivamente a ações diretas nos respectivos parques.

Art. 22. É proibido o uso residencial, permanente ou temporário, no interior dos Parques Ecológicos ou de Uso Múltiplo.

§ 1º O disposto no *caput* não se aplica única e exclusivamente à moradia temporária do Administrador em exercício.

§ 2º - *Excetua-se das disposições do caput as ocupações existentes até a data de criação dos parques, que serão objeto de lei específica. (Parágrafo mantido pela CLDF após veto parcial do Governado do DF – Publicado no DODF de 05.04.2000)*

Art. 23. O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no prazo de noventa dias.

Art. 24. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Publicada no DODF de 23.12.1999

ANEXO 3 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

Questionário a ser utilizado na pesquisa do trabalho monográfico para o curso de Ecoturismo

1- Identificação

- 1.1 Número do questionário: _____
- 1.2 Em que quadra reside: _____ () Bloco: _____ () Conjunto: _____
- 1.3 A quanto tempo mora no Guará: _____
- 1.4 Você gosta de morar no Guará: () Sim () Não
- 1.5 Qual o nível de escolaridade? _____
- 1.6 Sexo: () feminino () masculino
- 1.7 Idade: _____
- 1.8 Renda familiar mensal:
- 1- () 1 a 5 salários mínimos (R\$ 260 a R\$ 1.300)
 - 2- () 6 a 10 salários mínimos (R\$ 1.560 a R\$ 2.600)
 - 3- () 10 a 14 salários mínimos (R\$ 2.600 a R\$ 3.640)
 - 4- () mais de 15 salários mínimos (R\$ 3.900)
 - 5- () Não sei
 - 6- () Se negou a informar
- 1.9 Profissão: _____

2- Características da residência

- 2.1 Tipo de residência
- 1- () casa
 - 2- () apartamento

3- Percepção sobre o meio ambiente

- 3.1 Existe algum lugar de lazer interessante para ser visitado no Guará?
- 1- () Sim → Qual: _____
 - 2- () Não
 - 3- () Não sei
- 3.2 Você acha que existem espaços verdes com árvores, suficientes no Guará?
- 1- () Sim
 - 2- () Não
 - 3- () Não sei

4- Informações referentes a Parques Ecológicos / Parque Ecológico do Guará

4.1 Você sabe o que é um Parque Ecológico?

- 1- () Sim → Explique: _____
 2- () Não

4.2 Você já ouviu falar do Parque Ecológico do Guará?

- 1- () Sim
 2- () Não

4.3 Você já visitou o Parque Ecológico do Guará?

- 1- () Sim → Quantas vezes? _____ O que achou do Parque? _____

-
- 2- () Não → Você sabe onde ele se localiza? () Sim: _____ () Não

↓

4.3.1 Você gostaria de conhecer o Parque Ecológico do Guará?

- 1- () Sim
 2- () Não

4.4 Você já visitou algum tipo de área parecida com o Parque?

- 1- () Sim → Onde? _____
 2- () Não

4.5 Você sabe para que serve um Parque Ecológico?

- 1- () Sim → Para que?: _____
 2- () Não

4.6 Você acha que ter um Parque Ecológico ajuda ou atrapalha o Guará?

- 1- () Ajuda → Justifique: _____
 2- () Atrapalha → Justifique: _____
 3- () Não sei
 4- () Sou indiferente

4.7 Você acha que pessoas morando no Parque Ecológico ajuda ou atrapalha o Parque?

- 1- () Ajuda → Justifique: _____
 2- () Atrapalha → Justifique: _____
 3- () Sou indiferente
 4- () Não sei

4.8 Você acha que o metrô cortando a área do Parque Ecológico ajuda ou atrapalha o Parque?

- 1- () Ajuda → Justifique: _____
 2- () Atrapalha → Justifique: _____
 3- () Sou indiferente
 4- () Não sei

4.9 O que o Parque Ecológico do Guará deveria ter para ser mais atrativo para você?

4.10 Que atividades você gostaria de desenvolver no Parque Ecológico?

5- Participação na Gestão do Parque Ecológico

5.1 Você participa de alguma ação em defesa do meio ambiente?

1- () Sim → Qual? _____

2- () Não

5.2 Você participaria de ações para melhoria do Parque?

1- () Sim → Que ações você desenvolveria? _____

→ Quanto do seu tempo você daria para esse trabalho? _____

2- () Não

5.3 Você acha importante participar junto ao governo de assuntos ligados a questões ambientais da sua comunidade?

1- () Sim

2- () Não

5.4 O que você acha que precisa ser feito para que o Parque Ecológico do Guará funcione como um verdadeiro Parque Ecológico?

5.5 Você daria uma contribuição voluntária em dinheiro para melhorar as condições ambientais do Parque Ecológico do Guará?

1- () Sim

2- () Sim, com restrições

3- () Não, mas se soubesse o destino e a administração do dinheiro, talvez

4- () Não

5- () Não sei

5.6 No seu lazer você pratica alguma atividade junto à natureza?

1- () Sim → Qual? _____

2- () Não

5.7 Para você, o que é viver bem?
